

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

A BASE AÉREA DE NATAL E OS ANTECEDENTES  
DO MOVIMENTO MILITAR DE  
31 DE MARÇO DE 1964.

CARLOS EDUARDO VALLE ROSA

NATAL - 1995

CARLOS EDUARDO VALLE ROSA

A BASE AÉREA DE NATAL E OS ANTECEDENTES  
DO MOVIMENTO MILITAR DE  
31 DE MARÇO DE 1964.

Trabalho monográfico apresentado à  
disciplina Pesquisa Histórica II  
do Curso de História da UFRN

Orientador: Wicliffe de A. Costa

NATAL, 1995

## Sumário

Agradecimentos .....		3
Prefácio .....		4
Introdução .....		6
Capítulo I	O militar e sua obrigações.....	17
Capítulo II	Os princípios da vida militar - análise do conteúdo...	20
Capítulo III	O caminho da desagregação.....	23
Capítulo IV	O panorama específico - a Base Aérea de Natal.....	25
Capítulo V	O primeiro indício - a escala de serviço.....	29
Capítulo VI	Formalística jurídica e processual.....	34
Capítulo VII	A preocupação dos chefes refletidas no discurso.....	36
Capítulo VIII	Medidas de segurança.....	41
Capítulo IX	Ação educacional, anti-subversão e anticomunismo..	44
Capítulo X	Transgressões disciplinares.....	47
Capítulo XI	A história de um inquérito policial militar.....	54
Conclusão .....		60
Anexos .....		62
Bibliografia .....		77

## **Agradecimentos**

**A Hialy Mota Braga Valle Rosa, minha esposa,  
pelo constante acompanhamento e paciência.**

**Ao meu amigo, Vladimir Marques Passos,  
que possibilitou o acesso a fontes primordiais.**

**A Wicliffe Andrade Costa, meu orientador, pela  
dedicação no acompanhamento da pesquisa.**

## Prefácio

A história de uma Nação reflete, necessariamente, os conflitos e as peculiaridades que permeiam a conjuntura mundial. Assim, no Brasil dos anos 60, a guerra fria assumiu nítida feição de embate ideológico entre a maioria democrática da Nação e uma diminuta minoria marxista-leninista, que considerava a subversão, o terrorismo e a luta armada instrumentos legítimos para a conquista do poder.

A infiltração extremista nas instituições gerou greves, agitações e violência política, que agrediam a sociedade e ameaçavam conduzir o País ao caos. À anarquia o povo respondeu com manifestações cívicas, até então jamais vistas, exigindo o retorno à ordem.

As Forças Armadas Brasileiras, parte integrante do povo e sempre fiéis ao princípio da liberdade, não poderiam ficar alheias ao clamor público. Irrompia, assim, o Movimento Democrático de 31 de março de 1964, na verdade uma contra-revolução, onde a sociedade reagiu em repúdio à ideologia radical, contrária aos princípios basilares sobre os quais se apoiou a formação da nacionalidade.

Passados 27 anos, a revolução afirma-se como fato histórico de incontestável importância na vida nacional. O rumo tomado pelos recentes acontecimentos do mundo confirma o acerto das teses defendidas pelos revolucionários de 1964. Os ventos da liberdade derrubaram muros que separavam irmãos e fizeram submergir regimes calcados na opressão totalitarista e na supremacia do Estado sobre o indivíduo.

O triunfo da sociedade sobre a minoria manteve nossa evolução político-social consentânea com os valores da nossa tradição cristã e ocidental. Essa vitória, no entanto, exigiu o sacrifício de companheiros que tombaram no cumprimento do dever e cujo exemplo de desprendimento e coragem jamais será esquecido.

A História, juíza imparcial dos atos humanos, reconhecerá o valor daqueles que, em momento de perigo e incerteza, souberam defender e preservar, pela força do ideal e das armas, os sagrados princípios da liberdade e da democracia.

...

A nós, homens de farda, detentores dos meios de defesa que a sociedade nos delega, cumpre estar alertas, diuturnamente, zelando pela integridade da Pátria brasileira. Vigilantes e sintonizados com a Nação,

continuaremos a cumprir nosso papel constitucional, colaborando, assim, para erigir uma sociedade próspera, justa, fraterna e feliz.

(Ordem do dia conjunta dos Ministros Militares em 31 de março de 1991)

## Introdução

A rotina dos contingentes militares aquartelados em Juiz de Fora viu-se modificada nos derradeiros dias de março de 1964. Sede da 4ª Região Militar, esta cidade mineira foi palco inicial dos acontecimentos que marcaram a História do Brasil em meados da década de 60. Com certeza os desdobramentos destes eventos refletir-se-iam até os dias atuais.

Comandados pelo General Olímpio Mourão Filho as tropas deslocaram-se em direção à Guanabara (unidade da Federação, correspondente ao antigo Distrito Federal, que foi extinta quando da fusão com o Estado do Rio de Janeiro em 1975). Este movimento constitui-se na primeira efetiva resposta a uma crise que vinha se configurando e que levaria a eclosão do Movimento Militar de 31 de Março de 1964.

O perfeito conhecimento das origens desta crise é fundamental para entendê-la de maneira correta. Para tanto precisamos retroagir ao governo de Juscelino Kubitschek.

### O Governo Kubitschek

Embalado pela famosa idéia de fazer o país crescer “50 anos em 5”, viu-se um impulso a industrialização automobilística, o programa de integração regional através da construção de Brasília<sup>1</sup> e uma associação à capitais externos<sup>2</sup> (“Aliança para o Progresso” firmada com o presidente dos Estados Unidos). Entretanto, no campo político, apesar da aparente normalidade, acontecia uma verdadeira “luta nos bastidores”. Estavam em risco as instituições democráticas. Tentava-se impor a idéia de um “unipartidarismo totalitário”. O programa de Juscelino acarretou no aumento elevado da inflação, mesmo que conseguisse progresso na produção industrial.

A situação geral era precária. As diferenciações regionais tornavam-se mais evidentes. As debilidades da democracia mostravam-se principalmente nas injustiças sociais. As metas de Juscelino Kubitschek - JK - haviam privilegiado sobremaneira os setores da indústria de bens de consumo duráveis e de bens intermediários<sup>3</sup> que não pretendiam arcar com o ônus da crescente inflação que esmagava as classes menos favorecidas.

Neste contexto uma pujante propaganda de aliciamento, deflagrada nos meios militares, visava o rompimento da hierarquia e da disciplina. Era a tentativa de abalar as Instituições Militares. Mas este movimento estava no estágio ainda embrionário e seus reais efeitos ainda viriam a acontecer.

É importante citar dois exemplos de reação a esta sedução propagandística. O primeiro foi a Revolta de Jacareacanga. Nesta pequena cidade no interior da selva amazônica reuniram-se oficiais da Aeronáutica que reagiram inconformados contra as tentativas de descaracterização das Forças Armadas. O outro evento foi a rebelião de Aragarças, que contou com oficiais do Exército e da Aeronáutica. Protesto armado que, como o anterior, provocou impacto na opinião pública.

O governo de Juscelino transcorreu num clima de liberdade política, apesar do sub-reptício conflito ideológico, que favoreceu a atuação de todos os grupos políticos. Em especial o Trabalhismo do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB - que tinha em João Goulart um dos principais representantes.

Sem conseguir eliminar os problemas econômico-sociais do Brasil finda-se o período de JK. Ao final de seu mandato é promovida a eleição para presidente da república. Concorrem três candidatos a saber: Marechal Teixeira Lott, apoiado pelas forças situacionistas, das cúpulas dos dirigentes do PTB e do PSD ( Partido Social Democrata ). Ademar de Barros, candidato do partido do presidente o PSP ( Partido Social Progressista ). Jânio Quadros, que captou o apoio dos descontentes e dos dissidentes dos partidos governistas mas também os da oposição, como por exemplo a UDN - União Democrática Nacional.

O candidato vitorioso foi Jânio Quadros que totalizou 48% dos votos, dois terços dos eleitores.

Antes de passarmos a analisar o seu governo devemos entender a composição política que permitiu o acesso desta personagem ao cargo de presidente da República.

A chapa vitoriosa era composta, além do candidato vitorioso, por João Goulart. De origem Trabalhista e populista certamente “não tinha maiores compromissos com a orientação própria de Jânio”<sup>4</sup>. Este por sua vez caracterizava-se pelo poder de penetração na população devido ao extenso uso de métodos de propaganda. Pregava a moralização administrativa e seu símbolo de campanha era a vassoura, pois esta iria varrer os corruptos instalados na administração pública.

A composição Jânio-Jango (apelido de João Goulart) foi uma “dobradinha” política esdrúxula. Jânio com sua penetração popular obteve a maioria dos votos populares para a presidência. Jango com orientações e bases sindicais dispôs de maior apoio parlamentar. Na verdade as tendências do vice-presidente apontar-se-iam muito mais com o candidato derrotado Marechal Lott.



Outro dado importante foi o da constituição do Congresso Nacional. As eleições determinaram uma maioria de parlamentares que não apoiavam Jânio. Fato este que lhe dificultaria levar adiante seu programa de governo.

### O Governo Jânio Quadros

Jânio assume perante um quadro nacional que poderia ser caracterizado de tenso. Como medidas econômicas desvalorizou a moeda, cortou subsídios para certas importações, reformou o sistema cambial, arrochou os salários e aderiu à Aliança para o Progresso<sup>5</sup>. Empreendeu uma série de reformas administrativas que já havia prometido em campanha.

Paralelamente empreendeu uma política externa de aparente neutralidade e independência apoiando a China e Cuba. Tendo inclusive condecorado Che Guevara, o que causou certo descontentamento a certos grupos de militares. A Guerra Fria (quadro de tensões entre os Estados Unidos e a União Soviética após o fim da Segunda Guerra Mundial) estava num de seus momentos mais delicados. O país era cobrado quanto a uma definição ideológica que aderisse a um dos dois blocos. As pressões econômicas por parte dos americanos eram evidentes. Jânio concedeu garantias às empresas americanas que aqui se estabeleceram.

Os militares procuraram adotar uma postura de imparcialidade política sem contudo eximirem-se dos questionamentos impostos à sociedade brasileira. A atitude imparcial, com um que de moderadora, passou a sofrer ataques sucessivos dos elementos de esquerda. Esta já havia inclusive traçado o objetivo para com a Instituição Militar, qual seja o de transformá-la em “milícia posta a serviço de bandeiras ou ideologias partidárias”<sup>6</sup>.

Sem dúvida que a falta de apoio parlamentar dificultou muito a administração janista. O país continuou a sofrer os problemas da inflação. O agravamento das tensões sociais foram campo fecundo para a proliferação do discurso que comprometia a harmonia da Federação e até mesmo as bases do sistema democrático. Era a ideologia que pretendia alcançar o poder mesmo através da luta armada e do derramamento de sangue.

Envolvido nos problemas nacionais que não conseguia resolver, sem apoio expresso do Congresso e a cada dia perdendo a sustentação popular que o legitimava, Jânio Quadros optou pela renúncia à Presidência da República.

Este episódio, ainda hoje, é revestido de certa dúvida e algumas especulações sobre os reais motivos que o desencadearam.

Uma das tentativas de se explicar sua renúncia (que deu-se em 25 de agosto de 1961) procura caracterizar tendências no estilo de governar que Jânio pretendia impor. Ou seja, incapacitado de pôr em efeito suas medidas econômico-administrativas, pretendia ele, com apoio de certos setores da sociedade, governar acima das instituições. Fazer com que estas fossem extensões de seu governo e não obstáculos como até agora agiam. A renúncia seria então uma saída que propagaria uma onda de apoio ao presidente. Apoio este que lhe permitiria uma centralização forte no comando da nação.

O fato, que a todos deixou atônitos, implicava na assunção imediata do Vice. Entretanto este estava ausente do país. O cargo então é transmitido ao Presidente da Câmara Federal Deputado Ranieri Mazzilli.

João Goulart ao tomar conhecimento da situação procura intervir e baseia-se na legalidade constitucional que lhe era devida. É enfaticamente apoiado por seu cunhado, o Governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola. De certa forma este apelo a legalidade atingiu a sociedade e por conseguinte as Forças Armadas, que viram-se cindidas entre o apoio ou não a Jango.

A corrente que imediatamente manifestou-se contrária a assunção do vice fez-se perceber já a 30 de agosto de 1961, portanto cinco dias após a renúncia de Jânio. Representados na pessoa dos ministros militares que publicaram um manifesto ao Congresso alertando sobre: “tendência ideológicas,... incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e freqüentes nos meios sindicais.”; “...objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses de nossas classes trabalhadoras” sobre as atividades de Jango; “no cargo de Vice, usou de influência para apoiar e animar, mesmo ostensivamente, manifestações grevistas promovidas por conhecidos agitadores” e “incontida admiração pelos regimes da URSS ( União das Repúblicas Socialistas Soviéticas ) e da China”<sup>7</sup>.

Frente ao impasse a que se viu submetido o Congresso optou por uma saída política e negociada. Foi uma fórmula precária e transitória e que o Brasil não estava em condições de praticá-la<sup>8</sup>. Foi tida mesmo como uma experiência que seria “salutar” ao país. Adotou-se o Parlamentarismo, onde João Goulart seria responsável pela Chefia do Estado, afastando-se assim dos atos de um Executivo propriamente dito. O *Premier* ou o Primeiro-Ministro seria Tancredo Neves, político astuto que soube articular muito bem esta transição.

Repentinamente o Brasil mudava a forma de governo com a finalidade de evitar a eclosão de um movimento de proporções desconhecidas, e as “forças partidárias” souberam exuberantemente se amoldar às mudanças.

Ainda sobre este momento ressaltamos a inoperância dos partidos políticos como força legítima de representação popular, apontando a citação que nos pareceu conveniente: “Os partidos políticos não tinham raízes populares; os movimentos de opinião e os votos do povo, obtidos diretamente, asseguravam a vitória, enquanto os partidos, como fruto das constantes reviravoltas do nosso sistema político, não exprimiam nem representavam, autenticamente, as diversas correntes do ideário político da Nação.”<sup>9</sup>

### João Goulart - Parlamentarismo

Durou até 1963. Caracterizou-se pela inadequação enquanto modalidade político-administrativa e pela várias trocas de primeiros-ministros. Foi colocado à Nação num momento de profunda efervescência política.

Este período representou um acirramento na citada luta ideológica de bastidores ( que agora já não era mais de bastidores ). A principal evidência deste confronto está na constante preocupação de João Goulart em reverter o quadro político para o presidencialismo. Nele seus poderes retornariam e suas propostas poderiam ser melhor aplicadas. Instituiu-se um verdadeiro movimento de conotação popular a favor de um plebiscito que derrubaria o parlamentarismo.

Esta conotação popular era evidente na aliança que se fez para a aprovação do plebiscito e sua vitória. A luta política que, a princípio deveria ser travada pelos políticos no Congresso, foi transferida para os sindicatos que eram manipulados pela Central Geral dos Trabalhadores e pelo Partido Comunista Brasileiro.

Esta conotação despertou o interesse da Instituição Militar quando foi transferida para dentro de seus quadros. Jango, habilmente, procurava aliar os sindicatos à grupos de militares, os trabalhadores aos soldados. Mais uma vez o seu objetivo estava claro: conquista do poder, supostamente em nome do povo.

O *referendum* popular obtido com a vitória do plebiscito conferiu-lhe amplos poderes inerentes ao presidencialismo e a certeza que faria de tudo para alcançar seus objetivos.

## João Goulart - Presidencialismo

Jango vê como uma exigência nacional a imediata implantação de reformas nas estruturas. Era a volta de um “homem comprometido com a causa do populismo nacionalista e reformista que levou a situação política brasileira a um clima de radicalização das posições”<sup>10</sup>.

Esta separação acontecia entre setores capitalistas da sociedade, apoiados pelo Alto Comando Militar, por órgãos financiados com capital norte-americano tais como o IPES ( Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais )<sup>11</sup>, de um lado e por grupos que exigiam as reformas sociais tais como as Ligas Camponesas de Francisco Julião, por outro.

A conjuntura econômica continuava ruim, se assim não fosse invalidaria as demandas reformistas.

Jango pretendia dentre outras coisas a reforma agrária, desapropriando os latifúndios improdutivos, reforma política com direito de voto aos analfabetos e praças, reforma fiscal com a modernização do sistema tributário e a reforma universitária extinguindo a vitaliciedade de cátedra.

No tocante ao setor agrário enfrentou divergências de opinião. Seus argumentos não foram válidos para o convencimento da maioria parlamentar necessária para aprovação de suas reformas. Mais uma vez a pressão sindical tornou-se aliada de um presidente que fugia da luta política congressional para apelar à pressão de grupos da sociedade.

Um exemplo típico desta maneira particular de impor sua opinião pode ser claramente percebido nas palavras de Afonso Arinos de Melo Franco quando das pressões que Jango fazia pela aprovação do plebiscito que retomaria o sistema presidencialista : “... o Presidente João Goulart intensificou grandemente a pressão sobre o Congresso em favor do plebiscito. O dispositivo sindical, nas mãos do governo, promovia agitações e greves, notadamente em São Paulo e outros centros industriais... O Congresso sentia-se indefeso ante as ameaças, desarvorado politicamente, às portas da eleição, e com o Presidente da República tudo fazendo para solapar o regime que jurara garantir. Assim, sob incontestável pressão política, sindical e militar, sob a ameaça de greves e luta civil - em São Paulo articulava-se a greve geral na noite mesma da votação da lei - o Congresso foi levado a votar ...”<sup>12</sup>.

Este aparato sindical permitiu que Jango invertesse o sentido da luta política no regime democrático<sup>13</sup>. Esta inversão passou a ser percebida pelos militares.

Em verdade travava-se uma poderoso confronto ideológico (esquerda x direita) onde a guerra psicológica era uma arma poderosa nas mãos daqueles que apoiavam João Goulart.

Na mesma citação de Afonso Arinos extraímos outra passagem que exemplifica a atuação dentro do segmento militar e daí o motivo das pressões sobre o Congresso também fazerem-se sentir por parte deste setor : "... Por outro lado, os comandos militares que o presidente conseguira fazer e mobilizar, os chamados *generais do povo*, desenvolviam, também, atividades de franco apoio. Em suma, a situação foi-se tornando tão tensa, que correntes ponderáveis do Congresso começaram a ceder."

Os generais do povo representavam uma cisão nos meios militares. Divisão esta que não chegaria a ter uma representação significativa, haja visto o desenrolar dos acontecimentos no final do mês de março e início de abril<sup>14</sup> de 1964. A própria esquerda também incorporava divisões e elas "...criavam grande confusão e reduziam a eficácia do trabalho de conscientização e mobilização coletiva..."<sup>15</sup>.

O problema começou a afetar seriamente a Instituição Militar. Procurava-se quebrar o espírito de corpo da corporação, abalando o sentido da hierarquia e da disciplina. São inúmeros os exemplos destas tentativas. Eram movimentos de infiltração entre os sargentos, cabos, soldados e marinheiros. Apelavam para que estes agissem contra os seus superiores. Em certas situações, como aconteceu na Base Aérea de Santa Cruz no Rio de Janeiro, as praças prenderam todos os oficiais. O incitamento à desordem provocava atos de insubordinação. Sargentos que não cumpriam as ordens emanadas, por vezes na execução de tarefas cotidianas que não implicavam em qualquer definição ideológica. A propaganda entrou dentro dos quartéis e vez por outra viam-se grupos de militares reunidos no interior da organização a ouvir as propostas de insubordinação e desordem.

Cabe aqui ressaltar que a responsabilidade por estes fatos não pode ser imputada a todas as praças, nem somente a elas pois também haviam oficiais envolvidos nos movimentos sediciosos. Existiam aqueles que movidos por justificativas próprias encabeçavam estes movimentos e conseguiam aliciar os demais.

As Forças Armadas não estavam preparadas para enfrentar esta nova modalidade de inimigo. Talvez por isto ele tenha conseguido penetrar rapidamente no seu seio. Mas a percepção, o conhecimento, a identificação dos caracteres desta guerra psicológica foram também rapidamente tomados pelos militares.

Iniciou-se então um movimento de reação que tinha na informação seu principal aliado. Através de uma firme ação educativa procurou-se esclarecer aos membros da corporação sobre os reais objetivos dos aparentemente inócuos movimentos de reforma social propostos.

Apesar da reação, que em princípio foi pacífica, os movimentos grevistas não cessaram. Ao contrário, intensificaram-se. Os militares, como componentes da sociedade, viram-se afetados por estes movimentos. E na caserna eles continuaram.

João Goulart prosseguia orientando sua administração no sentido de promover reformas. Pregava o aumento da autonomia do executivo. O quadro econômico-financeiro vinha se agravando.

O papel político da oposição ao governo, mesmo pressionada pelos organismos políticos e sindicais que agiam no sentido de exigir as reformas, foi o de apelar pela legalidade. Jango era acusado de ameaçar os princípios constitucionais. O governo era também acusado de pactuar com a corrupção administrativa e a infiltração comunista no aparelho do Estado, chegando a denunciar a conivência do Presidente com um processo de guerra revolucionária.<sup>16</sup>

O ápice da crise para os militares foram os episódios da não punição dos responsáveis por uma revolta de marinheiros e a fala presidencial de 30 de março aos membros da Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia da Guanabara.

Estava assim determinado o início da reação armada ao governo de João Goulart.

Cabe-nos analisar o papel que as insubordinações e movimentos internos à Instituição Militar representaram para o desencadeamento dos fatos, em especial aqueles ocorridos na Base Aérea de Natal.

O Estado do Rio Grande do Norte acompanhava diuturnamente os acontecimentos nacionais. Natal, especificamente, vivenciou o drama do motim da Polícia Militar, que colocou esta corporação em sérias dificuldades, obrigando o Exército a intervir militarmente na corporação e à Aeronáutica a realizar sobrevôos intimidatórios no Quartel do Comando. A sequência da pesquisa apresentará melhor estes fatos. Na Base Aérea de Natal também tivemos um episódio significativo desta apreensões vividas por toda a Nação. Conhecido como o "Dia do Fico", constituiu-se num sério exemplar das inquietações subversivas que atingiam o seio das Forças Armadas, aqui, na capital potiguar.

Importa-nos analisar o período situado entre janeiro de 1963 e abril de 1964.

É este o momento em que exacerbam-se as diferenças ideológicas no confronto nacional. É também o período em que as ações de João Goulart, como representante do Poder Executivo, fazem-se notar. Concentram-se neste corte grande quantidade de eventos que, com repercussão nacional, servem de exemplos para a proposta da pesquisa. É o momento da plena conscientização, por parte das Forças Armadas, da inserção de um movimento pró-guerra revolucionária no contexto da política brasileira. Caracteriza-se uma reação por parte dos militares a este movimento o que nos leva a entender que perceberam a sua existência no âmbito interno e assim passaram a reprimi-la.

Seria oportuno afirmarmos a necessidade do entendimento destas evidências como ponto importante de nossa História.. Em primeiro lugar destacamos que o conteúdo da pesquisa, ou seja suas fontes documentais, configura-se inédita. A consulta das bibliografias das diversas obras que tratam do tema, revela a preocupação compreensível dos autores em vasculhar fontes tradicionais. Tais como jornais da época, discursos e proclamações de políticos ou personalidades, documentos que tramitaram entre órgãos ou autoridades, diários pessoais, etc.<sup>17</sup>

Nossas indagações também não menosprezaram tais referências. Entretanto, a nossa perspectiva atuou no campo do cotidiano. Os reflexos sentidos no dia-a-dia de uma organização militar. Foi assim que partimos para a investigação do Boletim Interno (e quando possível daquilo que pode deles ser extraído<sup>18</sup>), emitido diariamente em todas as unidades militares, onde constam os mais diversos assuntos, desde escalas de serviço, a apresentações de viagem, publicação de punições, e outros.

A título de exemplo podemos citar o caso da peça teatral do dia 23 de setembro de 1963. O Bolint da mesma data fazia convite a todos os militares e civis da unidade para um show no cinema da Base. Não se faz alusão ao conteúdo da peça. No dia seguinte o Bolint, num tom preocupado, procura, como que, se desculpar pelo que foi apresentado. E diz: "...este Comando foi apanhado totalmente desprevenido quanto ao conteúdo do mesmo ... tendo o 'show' sido desviado para o plano da propaganda, o que não é, em absoluto, admissível no recinto desta casa . ... Haverá uma perfeita filtragem nos espetáculos a serem executados nesta Unidade."<sup>19</sup> Fica evidente a inquietação causada pela "propaganda" e a manifestação indireta no seio do efetivo da BANT, a ponto de ser necessária a publicação do aviso justificativo.

Este caráter incomum não está somente no trato das fontes; está na própria originalidade da fonte consultada. Os boletins internos, ostensivo e reservado, incorporam fatos que dizem respeito ao dia-a-dia das unidades

militares. A simples consulta efetuada por um leigo tenderia a omitir aspectos relevantes para a pesquisa. Pois ela procura acompanhar cada evento que contribuiu para o desencadear da Revolução de 1964. O menos importante e visível evento poderá ter algum interesse. Voltando ao exemplo citado acima, poderíamos considerar irrelevante a preocupação em criticar o conteúdo do show. Mas se tivéssemos a certeza, através do cruzamento de informações com outras fontes disponíveis<sup>20</sup>, que aquela propaganda teve cunho político, da irrelevância, este assunto passaria a ordem de primeira importância.

Em segundo lugar, porque percebemos que muitos dos aspectos verdadeiros, que encaminharam os acontecimentos em 1964, são hoje omitidos ou deliberadamente esquecidos. Não pretendemos uma apologia em favor dos militares. Muitos menos analisar tudo aquilo que ocorreu pós-64<sup>21</sup>. Porque erros aconteceram dos dois lados, militares e esquerda<sup>22</sup>. É, antes de tudo, um resgate do factual. Isento, na medida do possível, de tendências que comprometessem a credibilidade da pesquisa. Este resgate não é uma tentativa pioneira. Ele já é empreendido em considerável escala nos meios militares. Periódicos como o "Arauto", "Ombro a Ombro" e "Letras em Marcha"<sup>23</sup> preocupam-se, a cada aniversário da Revolução, em promover a recuperação da legitimidade historiográfica do movimento.

Compete-nos entender este fato dentro de seu "momento histórico". Compreende-lo como o "último elo de uma série historiográfica, que marca a presença dos militares na História do Brasil"<sup>24</sup>.

A partir destas duas justificativas aduziremos os argumentos que pretendem comprovar a nossa hipótese.



## Notas

- <sup>1</sup> TAVARES, A. L. O Brasil de minha geração. Mais dois decênios de lutas - 1956/1976. Rio de Janeiro: Bibliex, 1977. v.2 p. 37-39
- <sup>2</sup> LOPEZ, L. R. História do Brasil contemporâneo. 6 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991. (Série Revisão) p. 104
- <sup>3</sup> Ibid. p. 104
- <sup>4</sup> TAVARES, A. L. op. cit., p. 51
- <sup>5</sup> LOPEZ, L. R. op. cit., p. 111
- <sup>6</sup> TAVARES, A. L. op. cit., p. 75, 76 e outras.
- <sup>7</sup> Manifesto dos Ministros Militares de 30 de agosto de 1961. In: TAVARES, A. L. op. cit., p. 78
- <sup>8</sup> TAVARES, A. L. op. cit., p. 63
- <sup>9</sup> Ibid. p. 61
- <sup>10</sup> LOPEZ, L. R. op. cit., p. 113
- <sup>11</sup> DREIFUSS, R. A. 1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classes. 4 ed. Petrópolis: Vozes. p. 482
- <sup>12</sup> FRANCO, A. A. M. História do povo brasileiro. In: TAVARES, A. L. op. cit., p. 70
- <sup>13</sup> Os partidos políticos que já careciam de uma legitimidade popular passaram a ser alvo de pressões de grupos menores, manipulados por interesses ligados à CGT e ao PCB.
- <sup>14</sup> Não me refiro aqui a problemática advinda das cassações pós-derrubada de João Goulart, mas sim a inexpressiva resistência que fez-se sentir durante o auge dos acontecimentos, onde aqueles militares que em princípio eram contra ou abstinham-se da solução armada, rapidamente a ela aderiram, não se fazendo notar qualquer aparato armado militar de oposição ao movimento.
- <sup>15</sup> LOPEZ, L. R. op. cit., p.
- <sup>16</sup> Enciclopédia Barsa, volume 3, verbete: Brasil, p.322
- <sup>17</sup> Sobre estas fontes, consultar na bibliografia as obras de SILVA, H.; SODRÉ, N. W.; ZAVERUCHA, J.; dentre outras.
- <sup>18</sup> Como é o caso do Inquérito Policial Militar (IPM) aberto pela Portaria nº 004, de 30 de abril de 1964, conhecido como o IPM do "Dia do Fico", que será analisado posteriormente.
- <sup>19</sup> Não foi possível saber o exato conteúdo do "show". Para efeito deste exemplo procuramos demonstrar como se atinge o sentimento cotidiano, no caso o repúdio a uma "propaganda" (seja ela qual for), no interior da BANT.
- <sup>20</sup> Não somente em Bolint's, mas também em jornais da época, por exemplo.
- <sup>21</sup> Seríamos obrigados a penetrar na discussão não meramente sócio-econômica, que contesta dados tais como: inflação anual de 15,5% e crescimento de 13,9% em 1973; 20 milhões de trabalhadores rurais incorporados à Previdência Social; escolarização, dos 7 aos 14 anos, passou de 60% para 85%; matrículas no ensino superior eram de 100 mil em 64, passaram a um milhão e trezentos mil em 81; estabelecimentos de assistência médico-sanitária eram 6 mil em 1970, passaram a 28 mil; até 1970 55% da população ganhava menos de 1 salário-mínimo, este número caiu para 34%; os trabalhadores mais pobres tinham, em 1970, renda anual de 60 dólares, chegaram em 1984 com mais de 170 dólares (dados extraídos do Jornal Ombro a Ombro de Abril de 1994, no texto "Após a Revolução de 64" de Romero Lapesquer e L. Guilherme Sodré de Castro).
- <sup>22</sup> A esquerda é, aqui, genericamente entendida como grupos de reação ao regime militar (mesmo aquele que surgiram oficialmente depois de 64), tais como: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e Comando de Libertação Nacional (COLINA) que depois seriam fundidos na Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares); Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT); Ação Libertadora Nacional (ALN); Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8); Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); etc.
- <sup>23</sup> Existem outros, sendo a maioria dirigida por militares da reserva. "Arauto" é o jornal do Clube da Aeronáutica, de edição bimestral. "Ombro a Ombro" é mensal, seus articulistas não são remunerados e sua sede está no Rio de Janeiro. "Letras em Marcha" é de circulação bimestral, não tem fins lucrativos e conta com a colaboração financeira de seus leitores para ser editado.
- <sup>24</sup> Jornal Arauto de março/abril de 1995. Artigo "31 de março de 1964, legitimidade historiográfica", de Aluisio da Cunha Nóbrega.

## Capítulo I

### O militar e suas obrigações

“Incorporando-me à Força Aérea Brasileira prometo cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado, respeitar os superiores hierárquicos, tratar com afeição os irmãos de armas e com bondade os subordinados. Dedicar-me inteiramente ao serviço à Pátria, cuja honra, integridade e Instituições defenderei com o sacrifício da própria vida.”

Este é o juramento que todo cidadão deve prestar ao ingressar nas fileiras da Força Aérea. Seja como oficial ou praça. Em ato solene, perante a bandeira nacional, é estabelecido um compromisso de vida e de morte frente à Nação.

O forte caráter subjetivo carregado em termos como “honra” ou “afeição” (onde poderíamos questionar “honra de quem?”, “afeição em que intensidade?”, por exemplo) não suprime o comprometimento objetivo que é realizado através dessa declaração. Portanto, antes de ser uma “ato de fé” é um ato de forma jurídica definida, uma “afirmação solene, em que se toma para a testemunha uma coisa que se tem como sagrada”<sup>1</sup>.

A relevância do conteúdo e da forma desse juramento evidencia-se através de seu significado prático - ato legal - e por caracteres que poderíamos considerar como simbólicos - pátria, respeito, bondade e etc.

Não pretendemos ingressar na discussão da subjetividade dos conceitos incorporados naquelas linhas. Entendemos o crédito que tal assunto merece, mas, para fins do nosso estudo, cabe-nos operar com o cunho pragmático do juramento.

Oportunamente analisaremos alguns aspectos relevantes contidos naquela declaração. Por hora precisamos estabelecer o significado legal do ato de prestar o juramento, dentro do contexto estudado.

Assim, constatamos que o cidadão, após este ritual de incorporação, um novo militar, passa a ser tratado como uma das partes do acordo firmado. Dessa forma sujeito às determinações oriundas da convenção. Entendemos, também, que ao proferir tais palavras esteja fazendo de forma voluntária e deliberada. Caberia aqui um parêntesis sobre o que consideramos ser esta espontaneidade. No que se refere aos oficiais e sargentos teríamos pouco a discutir, haja vista que o ingresso na carreira só é possível por decisão própria. Com relação aos soldados, incorporados através do Serviço Militar Obrigatório instituído pela Lei do Serviço Militar (LSM)<sup>2 3</sup>, verificamos uma crescente elevação do número de voluntários. Muitos se apresentam às Juntas do Serviço Militar solicitando a inclusão nas relações de incorporação.

Analisando dados do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA)<sup>4</sup> percebemos que para regiões como a Norte ou a Nordeste o número de voluntários sempre foi muito elevado. Fato semelhante ocorre com menor intensidade, porém, nas demais regiões do país. Em alguns anos, como em 1970 e 1971, atingiu-se a cifra de 95%. Estes números corroboram a visão corrente de que apesar de receber o título de “obrigatório”, o serviço militar já aquela época vinha se tomando uma forma de ascensão social, que permitia aos jovens uma oportunidade de trabalho sadio e razoavelmente bem remunerado.

Isto nos permite concluir que a imensa maioria daqueles que eram incorporados, portando o título de “obrigados”, o faziam por livre e espontânea vontade.

Dessa forma assumem, tal como os demais, integralmente a responsabilidade partícipe do juramento declarado.

Esta reflexão inicial produz uma dedução que torna-se óbvia. O militar ao ingressar na profissão aceita completamente os princípios nos quais ela se estrutura. Obviamente que estes princípios e regras não se encerram somente nesse juramento. É fiel cumpridor e defensor dos preceitos jurados a viva voz. É agente da hierarquia e da disciplina, normas basilares da Instituição Militar segundo o Estatuto dos Militares<sup>5</sup>. Mas também torna-se paciente, sujeito à condenação, quando transgride o *status quo* materializado em regulamentos e diretrizes fundamentais (dentre estes podemos citar o Regulamento Disciplinar da Aeronáutica - RDAER<sup>6</sup>). Esta duplicidade de funções que atuam simultaneamente (agente e paciente) não constituem uma dicotomia. Muito menos um movimento dialético de sustentação de um paradigma de sociedade (a caserna). Ao contrário, são a razão de ser da Instituição. O *modus vivendi* de homens voltados para um objetivo comum : a defesa da Pátria.

No nosso entendimento particular visualizamos um terceiro princípio, ausente em definições, normas, leis ou regulamentos, porém intrínseco ao próprio cotidiano dos militares: o espírito de corpo, que transforma o grupo em matéria una, tal como uma falange grega em combate.

## Notas

---

<sup>1</sup> BUENO, F. S. Dicionário escolar da Língua Portuguesa. 8 ed. Rio de Janeiro: Fename. [s.d.] p.743

<sup>2</sup> Lei nº 4.375 de 17 de agosto de 1964

<sup>3</sup> Leis e outros documentos afins podem possuir edições mais recentes. Para esta pesquisa foram consultados os documentos que mais se aproximavam da época, dentre aqueles disponíveis.

<sup>4</sup> Revista da Aeronáutica. Maio e junho de 1972.

<sup>5</sup> Lei nº 6.880 de 09 de dezembro de 1980.

<sup>6</sup> Neste caso acessamos o Decreto nº 76.322 de 22 de setembro de 1975 que substituiu o Decreto nº 11.665 de 17 de fevereiro de 1943.

## Capítulo II

### Os princípios da vida militar - análise do conteúdo

Cada palavra, frase ou oração do juramento representa uma atitude que o militar deve assumir perante o seu dia-a-dia. Analisar cada uma delas demandaria um tempo excessivo, não disponível nem exequível para a finalidade da pesquisa. Ficaremos, por isto, com os dois primeiros: "... prometo cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado..." e "... respeitar os superiores hierárquicos...".

Encerram-se nestas duas frases, ao leitor menos avisado, aquilo que já citamos como normas basilares do militarismo: hierarquia e disciplina. Acrescentaremos ao nosso exame aquele terceiro princípio citado nas últimas linhas da parte anterior.

A separação aqui pretendida tem finalidade puramente didática. Seria impossível o entendimento isolado de cada um deles quando estudamos o militarismo. Tampouco nos aprofundaremos no caráter simbólico, como já foi dito. Pretendemos a análise no nível de definição, onde acrescentaremos alguns pontos de interesse, para o melhor entendimento da pesquisa.

A hierarquia diz respeito à existência de grupos distintos. Entre estes ocorre uma ordem de precedência que os distingue entre si. Mas ela não se encerra nos grupos. Dentro de cada um deles também se escalona uma prioridade. Isto impede que dois indivíduos possuam a mesma hierarquia. Cada um é situado dentro de uma listagem de primazia. "...É a ordenação da autoridade, em níveis diferentes... ( e ela) se faz por postos ou graduações"<sup>1</sup>. Os postos são divididos entre oficiais gerais, superiores, intermediários e subalternos. As graduações incorporam as praças, dentre elas os suboficiais, sargentos, cabos e soldados. "O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à seqüência de autoridade"<sup>2</sup>. Ela é também conhecida como antigüidade. Não depende de outros fatores como idade, por exemplo. Ao ingressar nas fileiras o militar recebe sua antigüidade que, com o passar do tempo e a ascensão a novos postos ou graduações, vai se modificando.

A disciplina é a "... rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar e coordenam seu funcionamento, regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo."<sup>3</sup> Pode ser expressa também pelo respeito com que as partes se tratam. Consiste num esforço moral de obediência. Não a um dogma ou a uma fé, mas a uma ordem emanada de um superior. Deve ser exercitada cotidianamente e "ser mantida em todas as circunstâncias"<sup>4</sup>.

O espírito de corpo, apesar de não constar formalmente do texto do juramento ( mesmo quando se fala de "... afeição (a)os irmãos de armas...", deve ser definido pois conjuga os dois anteriores num todo que é indivisível. Ele, antes de tudo, possibilita a união desinteressada da hierarquia e da disciplina em prol da consecução de um objetivo comum. Favorece o clima de camaradagem. É essencial para tornar o ambiente positivo. Diminui o afastamento causado pela hierarquia ( sem permitir a quebra da precedência ) e torna mais consciente a obediência à disciplina. Pode ser definido como o sentimento que atinge cada parte, e, a conscientiza de que ela tem uma responsabilidade definida no todo e que as outras partes dependem dela.

Constituem esses princípios as "engrenagens" da máquina militar. Não podem funcionar isoladamente, pois deixam de dar sentido um ao outro.

É obvio se perceber que a maneira mais recomendada para se impedir o perfeito funcionamento desta "máquina" está na destruição das engrenagens. Bastaria a quebra de um dente de uma destas engrenagens para que toda estrutura fraquejasse.

## Notas

---

<sup>1</sup> Estatuto dos Militares. Capítulo III, § 1º do artigo 14. p. 3

<sup>2</sup> Ibid. p. 3

<sup>3</sup> Ibid. § 2º do artigo 14. p. 3

<sup>4</sup> Ibid. § 3º do artigo 14. p. 3

### Capítulo III

#### O caminho da desagregação

A simples analogia apresentada no capítulo anterior teve o intuito de demonstrar a prática dos grupos chamados “subversivos” no interior das organizações militares. Estas práticas atentavam contra os princípios básicos da Instituição. Pregavam a quebra da hierarquia e o desrespeito às ordens vigentes. Alastraram-se por todo o país, atingindo as três Forças Armadas e Polícias Militares.

A estes movimentos empreendeu-se uma reação. Em primeiro lugar valorizou-se o caráter educativo, depois, através da aplicação de punições disciplinares, e por fim, na própria tomada do poder em 31 de março de 1964. Seguiu-se a instauração de Inquéritos Policiais Militares (IPM)<sup>1</sup> que visavam elucidar a participação de militares em atos de subversão<sup>2</sup>. Muitos deles concluíram-se em processos de exclusão ou a posterior cassação de direitos.

Nossa contribuição ao entendimento do assunto visa apresentar e interpretar indícios ocorridos na BANT, no período de janeiro de 1963 até maio de 1964, que concorreram para a mobilização nacional no sentido de reagir às tentativas de cunho subversivo.

Procuramos identificar, limitando-nos ao panorama regional e específico, momentos de perturbação, sentimentos de insegurança, atos de desordem, descumprimento do dever, insubordinação<sup>3</sup> e outros eventos que levassem às autoridades locais a certeza de que, na BANT, também se empregava ou se vivenciava às expectativas que por fim determinariam a derrubada do Presidente João Goulart.



## Notas

---

<sup>1</sup> Instrumento de caráter jurídico disponível à administração quando se pretende elucidar fatos de natureza grave, geralmente tendentes à constituição de um crime. O instrumento mais ameno que geralmente pode redundar em punição disciplinar e é utilizado em casos de menor gravidade ou como passo inicial para abertura de IPM é a sindicância.

<sup>2</sup> Chegamos a esta informação através da Portaria nº 290 de 04 de abril de 1964, do Ministro da Aeronáutica, determinando a abertura de IPM em todas as organizações do MAER, em caráter de urgência, com o fim de averiguar a participação de militares e civis da Aeronáutica em "... movimentos subversivos, de fundo comunista,...".

<sup>3</sup> Como definido no Código Penal Militar, Decreto-Lei nº 1.001 de 21 de outubro de 1969, que diz no artigo 163: "Recusar obedecer a ordem do superior sobre assunto ou matéria de serviço, ou relativamente a dever imposto em lei, regulamento ou instrução" ou "opor-se às ordens da sentinela" ou "promover reunião de militares, ou nela tomar parte, para discussão de ato de superior ou assunto atinente à disciplina militar" ou publicar o militar ou assemelhado, sem licença, ato ou documento oficial, ou criticar publicamente ato de seu superior ou assunto atinente à disciplina militar, ou a qualquer resolução do Governo".

## Capítulo IV

### O panorama específico - a Base Aérea de Natal

Precisamos conhecer melhor o contexto no qual se passaram os acontecimentos a serem descritos. Procuraremos ressaltar a importância que a BANT tinha dentro do Ministério da Aeronáutica (MAER).

A Pasta dos Negócios da Aeronáutica incorpora a aviação militar e a civil. O ramo militar é também conhecido como Força Aérea Brasileira (FAB). Compõe-se de organizações espalhadas por todo o território nacional. Estas organizações recebem diferentes denominações consoante com as atividades que executam. Assim existem escolas, hospitais, parques de material, as bases aéreas, dentre outras. As bases aéreas são os locais onde ficam sediadas as aeronaves que, em geral, pertencem a grupos menores conhecidos como esquadrões. Cada base, por conseguinte, pode possuir um ou mais esquadrões.

O Boletim Interno da BANT (Bolint) do dia 11 de janeiro de 1963 traz uma relação de todas as organizações do MAER, expedida para fins de normatização de prefixos telegráficos. Nela constatamos um total de 72 organizações diversas. Destas, 10 são bases aéreas (Belém, Recife, Fortaleza, Natal, Salvador, São Paulo, Porto Alegre, Galeão, Santa Cruz e Campo dos Afonsos - estas três últimas no Estado do Rio de Janeiro).

Percebe-se que neste tipo de organismo está concentrado o verdadeiro poder de fogo da Força Aérea. São as bases aéreas as depositárias do poder aéreo, expressão característica desta força armada. Daí a importância que elas assumem dentro do contexto maior.

A BANT foi criada pelo Decreto-Lei nº 4.142 de 2 de março de 1942. Ficou mundialmente conhecida como o "Trampolim da Vitória"<sup>1</sup>. Serviu de ponta de lança para os aliados em suas operações no Norte da África e Europa. "...Não se poderia supor que a Unidade recém-criada tornar-se-ia, em breve, na maior Base da Força Aérea Brasileira, vindo a desempenhar uma relevante importância estratégica no decorrer da Segunda Guerra Mundial."<sup>2</sup>

À época de nosso estudo (1963-64) ainda representava uma das mais importantes localidades do MAER. Comportava um efetivo aproximado de 2.000 homens<sup>3</sup>. Este montante oscilou entre 1860 e 2114, no referido período(ver anexo 2). A tabela 1 mostra a distribuição entre os diferentes postos, graduações e categorias. Apresenta-se, também, os números máximos e mínimos encontrados nas fontes disponíveis. Além da percentagem que cada grupo representa na totalidade.

Tabela 1 - Efetivo da BANT (1963-64)

	média	máximo	mínimo	% no total
oficiais	106,5	140	73	5
sargentos	343,5	346	331	17
soldados	740,5	815	666	37
func. civil	817	852	782	47
total	1987	2114	1860	-

A BANT exercia, além de suas atividades normais, uma função social significativa. Haja visto o percentual de 47 % de seu efetivo no grupo de funcionários civis. Boa parte da sociedade natalense e de Parnamirim estava aqui representada. Este número serve também para reforçar a tese da espontaneidade no alistamento ao serviço militar pois havia interesse na comunidade em participar das atividades da base.

A magnitude destes números só é realmente compreendida quando voltamos nossos olhos para o presente e constatamos que o efetivo daquela época era superior, em valores absolutos, ao atual. Mesmo depois de um crescimento natural da estrutura da Força Aérea, via aumento do número de organizações e dotação de pessoal.

Outra evidência marcante para compreendermos a importância da BANT está nas visitas realizadas pelas autoridades nacionais. Destacamos duas efetuadas pelo então Presidente João Goulart<sup>4</sup>. A primeira em 02 de abril de 1963 e a outra em 21 de dezembro de 1963. Não havia um sentido de exclusividade nestas visitas, ou seja, o Presidente também cumpria outros compromissos em Natal.

Caracterizando o prestígio da BANT não poderíamos deixar de citar algumas cifras econômicas reunidas na pesquisa. A moeda em vigor era o "cruzeiro" (Dec. lei 4.791, de 05 de outubro de 1942). Conseguimos visualizar o preço de um produto bastante simbólico, o litro de leite, em janeiro de 1964<sup>5</sup>. Retirando deste valor a taxa de inflação de 1963<sup>6</sup>, que foi de 81,3%, chegamos ao valor corrigido do produto em janeiro de 1963, que era de aproximadamente Cr\$ 55,00. O orçamento para a BANT no ano de 1963 declarava despesas da ordem de Cr\$ 94.506.046,00 só no mês de janeiro, entre material permanente, serviços a terceiros, encargos diversos e investimentos<sup>7</sup>. Estabelecendo-se uma proporção esdrúxula (orçamento x preço do leite) constatamos que a verba disponível em 1963 era suficiente para adquirir 1.718.291 litros de leite. A título de comparação a mesma proporção foi estabelecida para março de 1995<sup>8</sup>. O dado obtido, por volta de 1.000.000 litros, demonstra que naquela época o crédito e o numerário recebidos eram superiores, em termos relativos, aos de hoje<sup>9</sup>. Reforça-se a tentativa de demonstrar a importância da BANT dentro de um contexto maior.

Apesar da distância dos grandes centros do Sul e Sudeste, e até mesmo de Brasília, os acontecimentos nacionais possuíam grande repercussão em Natal. Mesmo aqui temos conhecimento de iniciativas que posteriormente sofreriam um desgaste muito grande. A campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, da Secretaria de Educação Municipal, no Governo de Djalma Maranhão, é um exemplo<sup>10</sup>.

## Notas

---

<sup>1</sup> Este título conferido à base americana em Natal aparece em diversas obras da História do Rio Grande do Norte. Em Especial prendemo-nos a JUNIOR, C. S. Trampolim para a vitória. Natal: Universitária, 1992.

<sup>2</sup> COSTA, F. H. História da Base Aérea de Natal. Natal: Universitária, 1980. p.11

<sup>3</sup> Dados obtidos através de compilação de quadros de rações diárias dos militares e funcionários civis, no período de janeiro de 1963 a março de 1964. Estes números podem ser confirmados, ao menos para oficiais e sargentos, através da relação de quitação com a Justiça Eleitoral expedida no Bolint de 26 de março de 1963, onde aparecem relacionados nominalmente 92 oficiais e 260 suboficiais e sargentos (devemos considerar que muitos poderiam não ter o título no RN, daí desobrigados com a Justiça Eleitoral deste Estado, logo ausentes desta relação. Estimamos que neste grupo estejam aproximadamente 70 sargentos).

<sup>4</sup> Cf. COSTA, F. H. op. cit., p. 351.

<sup>5</sup> Bolint de 15 de janeiro de 1964.

<sup>6</sup> Fonte: Fundação IBGE.

<sup>7</sup> Contabilização das diversas participações do setor de tesouraria da BANT, contidas em vários Bolint's. Sobre estes documentos (Partes sem nº) verificaram-se o total de receitas, despesas e saldos por mês. Ver anexo 1.

<sup>8</sup> Conforme informações do serviço de Intendência do Comando Aéreo de Treinamento, denominação atual da BANT.

<sup>9</sup> Não consideramos fatores extrínsecos que porventura poderão ter contribuído para uma diminuição relativa do preço do litro do leite. Como por exemplo o desenvolvimento da tecnologia. Nossa intenção é meramente representativa.

<sup>10</sup> Sobre as conseqüências desta campanha para seus protagonista no pós 31 de março ver GALVÃO, M. P. 1964-Aconteceu em abril. Natal: Clima, 1994. 204 P.

## **Capítulo V**

### **O primeiro indício - a escala de serviço**

Escala de serviço é uma tabela onde constam o nome dos militares designados para os diversos serviços que uma unidade possui. Em geral ela é diária, sendo publicada nos Bolints, na sua primeira parte. Os tipos de serviços podem variar. Alguns são determinados pelo Regulamento Interno dos Serviços da Aeronáutica (RISAER)<sup>1</sup>, outros dependem da conveniência das organizações face a situações diversas e de caráter especial. Os mais comuns são os relativos à guarda e segurança das instalações. O oficial-de-dia, o sargento-de-dia, o cabo-da-guarda e as sentinelas estão neste grupo.

Seria lógico supor que a quantidade destes militares de serviço deve ser proporcional ao grau de ameaça presente. Assim, quanto mais risco houver à organização maior será o número de sentinelas, por exemplo. A outra pressuposição diz respeito ao grau de responsabilidade inerente a cada serviço. Aqui subdividimos nossa interpretação em duas vertentes. Inicialmente consideramos que ela cresce com a hierarquia. Por conseguinte, uma sentinela (serviço característico de soldados) tem, numa escala relativa, menos responsabilidade que o sargento-de-dia, e assim por diante. Por outro lado, constituir uma equipe com maior número de elementos com alto grau de responsabilidade, por exemplo mais oficiais e sargentos, face a circunstâncias especiais (ameaças ideológicas, propagandas de cunho político, críticas às autoridades constituídas, reuniões não autorizadas, discursos aliciantes, etc.), pode representar um maior direcionamento da vigilância para as problemáticas de nível interno à organização - movimento de dentro para fora. Pois, no que tange aos assuntos externos (tentativas de penetração nas instalações, infiltrações para atos de sabotagem, ataque à sentinelas, roubo de material bélico, etc.) - movimentos de fora para dentro - em geral tomam-se medidas no sentido de se aumentar o número de postos de vigilância e da quantidade de sentinelas, estabelecendo-se, também, rondas e patrulhas. Assim, nesta segunda consideração, não há motivo lógico e aparente para simplesmente elevar-se o número de militares de altas patentes, mas sim a massa de soldados.

As escalas de serviço são divididas entre oficiais, sargentos, cabos e soldados. Consideramos alguns períodos específicos como o do engajamento e desengajamento, onde temporariamente o efetivo cresce e diminui respectivamente. Nestas fases foi-nos útil cruzar informações com a tabela de razões, citada anteriormente. Algumas relações de efetivo também foram

utilizadas, mormente quanto tivéssemos a certeza da fidelidade de seu conteúdo<sup>2</sup>.

A tabela 2 apresenta a totalização mensal dos efetivos envolvidos nos diversos serviços na BANT. São médias aritméticas simples de cada mês, computando-se cada dia ( útil ) .

Tabela 2 - Média gerais de fetivo na escala de serviço

63/64	jan	fev	mar	abr	maio	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr
total	93,4	100,8	112,1	111,5	114,7	116,6	114,5	108	110,3	120,5	110,9	96,9	86,5	86,1	92,1	120,8

Através dos dados tabulados podemos tirar algumas conclusões. Percebe-se que é justamente após o acontecimento de dois eventos marcantes que o índice aumenta. O primeiro foi a rebelião dos sargentos em Brasília, ocorrida em 12 de setembro de 1963<sup>3</sup> e o segunda a própria Revolução.

No primeiro caso ocorre um aumento da ordem de 11,57%, entre agosto e outubro, no efetivo da equipe de serviço. No segundo, o aumento é de 40,3%, entre fevereiro e abril. Nota-se uma preocupação em se elevar estes efetivos, principalmente no imediato período ulterior aos acontecimentos. Depreende-se daí a logicidade entendida anteriormente, que se traduz no aumento significativo dos efetivos em guarda e segurança. Os reflexos nem sempre são imediatos, mas podem ser percebidos através da contabilização destes dados. As médias referem-se ao mês inteiro. Obviamente que os números oscilam dentro do mês. Nestes casos, especificamente, a elevação dá-se no terço final, favorecendo o aumento global da média. A redução que se apresenta nos meses subsequentes, como novembro e dezembro, dá-se pela proximidade do período natalino e das férias. Nesta época as organizações militares reduzem seus efetivos em até um terço.

Analisando cada grupo separadamente observamos o seguinte. A tabela 3 mostra a evolução dos efetivos entre os oficiais e os sargentos. Agrupados devido a certa similaridade de funções. O sargento é o substituto eventual do oficial na ausência deste.

Tabela 3 - Efetivos na escala de serviço de oficiais e sargentos

63/64	jan	fev	mar	abr	maio	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr
total	13,3	13,2	16,1	15,7	17,4	17,4	16,9	17,2	18,8	19,0	17,5	12,5	12,2	12,7	15,5	21,0

Neste caso observamos o mesmo fenômeno anterior. Agora os números são os seguintes: 10,79% e 65,20%. Para o primeiro caso o aumento foi similar ao quadro geral (diferença de apenas 0,78%), pois a revolta dos sargentos não ensejou aumento destes nas escalas de serviço (fato que pode representar, por si só, uma preocupação dos chefes em evitar colocá-los em maior número nas escalas). Mas para a Revolução, onde as insubordinações e outros atos ilícitos foram representativas em todos os postos e graduações, o índice torna-se bem diferente (24,9% superior). O aumento do efetivo de militares nos postos onde se exige maior responsabilidade é maior para o caso de maior repercussão. De qualquer forma fica evidente, mais uma vez, a preocupação em se expandir a quantidade de militares de serviço em momentos de periculosidade elevada.

É importante salientar que os riscos aos quais estavam sujeitas a instituição eram de toda espécie. Existiam conflitos de ordem interna à organização e aqueles que diziam respeito à ameaça externa. Algumas atitudes práticas foram tomadas complementando este rol de iniciativas que visava diminuir aquele risco. A seqüência da pesquisa apresentará algumas evidências que reforçarão as idéias aqui expostas.

Os cabos e soldados também foram agrupados. Os cabos nem sempre atuam como sentinelas na mesma forma que os soldados. Mas são importantes componentes das equipes de serviço, pois relacionam-se muito estreitamente com os soldados, em certos casos acompanhando-os nos serviços diurnos. Os cabos participam da vigilância das instalações em serviços de permanência em postos centrais, enquanto que os soldados são distribuídos por vários pontos de vigia, os postos de sentinela. Entendeu-se por bem consolidá-los no mesmo grupo, haja visto esta ligeira semelhança de funções e para fins de simplificação da análise. A tabela 4 identifica a mesma distribuição apresentada nos anteriores.

Tabela 4 - Efetivos na escala de serviço de cabos e soldados

63/64	jan	fev	mar	abr	maio	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr
total	79,9	87,5	95,9	95,7	97,2	99,2	97,5	90,8	91,4	101,4	90,3	85,1	74,2	73,3	76,5	99,6

Partindo do mesmo raciocínio efetuado nos outros quadros verificamos os seguintes indicativos: 11,6% para a "rebelião de Brasília" e 35,8% para a Revolução. Notamos que no primeiro caso permanece o percentual aproximado para o quadro geral (diferença de 0,03%). A equivalência



permite-nos mais uma vez confirmar a preocupação no aumento do efetivo em serviço. Mas este quadro traz-nos outra evidência. Reparamos que para o segundo caso (a Revolução) o aumento no grupo de oficiais e sargentos é maior (65,20%). Neste ponto, em especial, a diferença sobe para 29,4%. Ou seja, o aumento quantitativo nos quadros de oficiais e sargentos é muito maior que no de cabos e soldados. O segundo caso mostra-se aqui como exemplo típico de preocupação de nível interno. O aumento do número de oficiais e sargentos nas equipes de serviço revela a preocupação que os chefes tinham com as perturbações de caráter interno. Aumentando o número de militares com maior responsabilidade consequentemente aumentava-se o nível de segurança interno, que corria risco de desintegração face as ameaças ideológicas vivenciadas. Não caberia, aqui, um aumento de soldados pois estes não seriam agentes de emissão de ordens, mas meros executores. O risco estava na doutrinação subversivo e seria preciso combatê-lo com os militares de maior patente (em especial os oficiais e sargentos com maior experiência), naturalmente melhor esclarecidos, cultural, política, ideológica e doutrinariamente, sobre os riscos eventuais da esquerdização do país. Não é à toa que ao verificarmos as escalas de serviço de oficiais do mês de abril de 64 notamos o incremento de 82% relativamente a janeiro do mesmo ano e de 98% ao mês de janeiro de 63<sup>4</sup>, onde alcança-se o percentual mais elevado.

De uma forma geral, resguardadas as situações especiais como os períodos de férias, onde a par de qualquer condição especial, reduzia-se os efetivos em serviço devido a própria redução do efetivo geral, concluímos que é procedente a preocupação que os chefes militares tinham, em períodos de crise aberta (evidentes na rebelião de Brasília e no próprio 31 de março), oriundas das perturbações de toda ordem, com a segurança interna. A atitude nem sempre imediata, mas corretiva, redundava no crescimento dos efetivos nas escalas de serviço.

## Notas

---

<sup>1</sup> Decreto nº 76.780, de 11 de dezembro de 1975.

<sup>2</sup> Lista de realização de inspeção de saúde, p. ex.

<sup>3</sup> Sobre este assunto ver SODRÉ, N. W. A história militar do Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira: 1979. p. 389

<sup>4</sup> O artifício utilizado era a criação de serviços de auxiliar. Por exemplo "auxiliar ao Oficial-de-Dia".

## **Capítulo VI**

### **Formalística jurídica e processual**

Os efetivos crescentes nas escalas de serviço não tranquilizaram totalmente as autoridades. Processos de deserção, inquéritos criminais, cassações de cartas-patente tornaram-se mais freqüentes. A inexperiência de certos militares no correto proceder jurídico ensejou diversas recomendações quanto o correto procedimento destes atos legais. São feitas recomendações a todas as organizações da Aeronáutica quanto à lavratura de termo de flagrante delito. Menciona-se o cuidado que deve se ter na observância dos critérios legais, em especial quanto ao número de três testemunhas. Informações quanto à correção do termo de flagrante delito citando inúmeras falhas que comprometeram diversos destes autos, reforçam o receio das chefias superiores em orientar estes procedimentos, com a finalidade de torná-los válidos. Os IPM's e sindicâncias eram alvos constantes de normatização, haja vista serem os mais comuns nas organizações militares. São também fornecidas instruções para a expedição, apostila e cassação de cartas-patente de oficiais<sup>1</sup>.

Estas recomendações eram por vezes expedidas com a finalidade de regular e orientar a elaboração de regulamentos na Aeronáutica. Visava-se uma padronização, a nível nacional, para que se evitasse distorções na redação de documentos afins<sup>2</sup>. Era comum estabelecerem-se prazos para andamento dos processos de deserção, considerando que crescia "...o número de processos de deserção ..." onde por longo período de tramitação os acusados são prejudicados<sup>3</sup>.

Notamos, portanto, a preocupação na obediência de prazos e formalísticas, visando a não anulação de processos que eram de interesse das Organizações Militares. Tudo levava a crer que a Justiça era extremamente rigorosa com estes aspectos, e as autoridades militares não queriam deixar margem para invalidações de punições por simples erros processuais.

## Notas

- 
- <sup>1</sup> Portaria nº 296/GM3, de 15 de março de 63.
  - <sup>2</sup> Portaria nº 322/GM3, de 21 de março de 63.
  - <sup>3</sup> Aviso nº 38 GM1, de 4 de junho de 63.

## Capítulo VII

### A preocupação dos chefes refletida no discurso

Não só no correto proceder jurídico estava concentrada a preocupação das lideranças militares. O discurso cotidianamente empreendido reflete muito bem os temores vividos. Constantemente o Ministro da Aeronáutica (MINAER), ressalta que a Força Aérea mantinha-se "... coesa e disciplinada..."<sup>1</sup>. Nesta e em outras citações de autoridades da Aeronáutica verificamos cuidados em sempre se mencionar a disciplina, a união da tropa, o respeito às Instituições, à democracia, às leis. Como se algo pairasse de suspeito sobre estes assuntos.

Até um simples elogio a um oficial-general da FAB, destaca suas características de respeito a leis e regulamentos<sup>2</sup>. A visita de João Goulart à Natal, em abril de 63, enseja um agradecimento pelo apoio prestado. Destacam-se os elogios ao esquema de segurança montado, citando que o "... dispositivo funcionou sem falhas, com perfeito entendimento, sem excessos, com eficiência e correção, a ponto de merecer especial referência das autoridades presentes". Os comandantes em Natal tinham pleno controle da tropa, conseguindo realizar um trabalho perfeito, evitando-se que perturbações internas ou externas marcassem a passagem do mandatário por Natal<sup>3</sup>.

Numa carta publicada pelo MINAER, respondendo as afirmações de um Senador da República, verificamos um importante exemplo do discurso das autoridades. Segundo este político existiriam comunistas no interior da Aeronáutica trabalhando contra o Governo. "...Estava em perigo a segurança Nacional..."; "... alguns oficiais são taxados de comunistas..."; "... os órgãos de informações tem conhecimento destas afirmativas e podem comprová-las...", cita o político. Na resposta o Ministro nega as afirmações e diz que alguns dos citados já estão na Justiça e os demais são homens do mais alto estofa moral e profissional. Diz ainda que "... no Ministério estão sendo tomadas (providências) e elas tem em vista neutralizar a ação deletéria resultante do trabalho subterrâneo e insidioso de indivíduos inimigos do regime." A acusação proferida pode ser tomada como uma prova da existência, no seio da Organização, de elementos que atuassem de modo subversivo. Na referência não é citado nenhum militar de Natal, mas nem todos os nomes foram esclarecidos nas acusações do senador.

De outras FF. AA. também surgem indícios sobre a necessidade de manter coesas as forças militares. O Exército propões instrução conjunta para

oficiais da Aeronáutica e do Exército, a ser praticada pelas Guarnições de Natal.

As melhores oportunidades para a pregação aconteciam em solenidades militares eventuais. Na formação de uma nova turma de recrutas exalta-se o “... prestígio à disciplina ...” e o “...cumprimento à ordem...”. “Vivemos o instante histórico das grandes decisões nacionais”<sup>4</sup>. Na transmissão de cargo de Ministro da Aeronáutica o substituído destaca no seu discurso “... o alto grau de disciplina...” de seus comandados, além de frisar que entregava ao seu sucessor “...uma Aeronáutica disciplinada e coesa, perfeitamente integrada nos propósitos de sua árdua porém gloriosa missão de servir à nossa Pátria ...”, ressalta a “... defesa intransigente de nossas Instituições democráticas ...”<sup>5</sup>.

Acontecimentos nacionais de vulto também forneciam a oportunidade para declarações. “Comunico se acharem todas unidades da FAB inteira ordem et entregues suas atividades normais pt Lamentável episódio de Brasília ultrapassado et de que rapidamente nos recuperamos vg pelo trabalho construtivo et elevado espírito patriótico de todos servidores da Força Aérea Brasileira pt”<sup>6</sup>. Este é o texto oriundo da rebelião de Brasília. O mesmo evento ainda gerou palavras como estas: “... Lamentáveis acontecimentos de rebelião em Brasília ocorridos na noite de 11 para 12 de setembro ...” foram “... manifestações incontidas à mão armada contra a decisão da mais alta Corte de justiça do país ...”. “...Os reais objetivos dos mentores do movimento...elementos inescrupulosos de ambições desmedidas e desajustadas...(tentaram) impor pela força seus objetivos pessoais...(no tocante à)...elegibilidade dos sargentos...reivindicação...essencialmente política...que não deve ser trazida para o interior dos quartéis...”. Ela “...já trouxe conseqüências danosas...atingindo até a segurança interna...(trazendo) intranqüilidade e insegurança à vida democrática...”<sup>7</sup>.

Os símbolos nacionais são notabilizados, “...agora, mais que nunca, quando todo mundo se inquieta convulso, cabe-nos ficar alertas, prontos para conservá-la (a Bandeira) e defendê-la contra os seus inimigos internos e externos.” “Ordem, é a própria razão de ser do militar, disciplina, obediência e respeito aos regulamentos e aos nossos superiores, lealdade e camaradagem em todos os sentidos e momentos”<sup>8</sup>.

Até as festas natalinas serviram para se exaltar a “... fé nos destinos da Nação...”

1964 inaugura uma fase de maior repercussão das mensagens militares no seio da tropa. O número cresce mas o tom permanece o mesmo. A preocupação com a coesão, a disciplina e o acatamento às ordens superiores.

No 23º aniversário do MAER ressaltava-se que ele é um “...todo homogêneo e indivisível ...”; “...passará e passou o MAER na sua organização civil e militar por inquietações e movimentos que são explicados pelo período conturbado que atravessa a presente geração e todo o mundo... não podendo uma nação como a nossa fugir das transformações sociais, políticas e econômicas impostas pelo seu próprio desenvolvimento...”; “...possamos todos, num ambiente de concórdia e disciplina, servir da melhor forma possível nossa Aeronáutica...”<sup>9</sup>

Outra forma de se propagar o discurso estava nas constantes visitas dos comandantes às unidades. Neste ano a BANT recebe a visita do Ministro da Guerra (atual Exército) e visita do Comandante da 2º Zona Aérea, com sede em Recife.

A campanha política nacional desperta interesse e reação: “...tendo em vista que a campanha política está se incrementando com tendência a assumir aspectos que poderão interferir de maneira perniciosa na vida das organizações militares vg determino aos comandantes de Zonas Aéreas vg Unidades e estabelecimentos da FAB que proibam toda e qualquer manifestação falada ou escrita em caráter político nas áreas sob sua jurisdição.”

O falecimento de um Oficial-General também é motivo para esclarecimentos em nota oficial. O que parece ter acontecido foi uma omissão de alguns oficiais responsáveis pelo serviço fúnebre. Omissão esta que é seriamente criticada na nota. O aviso diz, ainda, que a “... imprensa explora o fato tentando dar um cunho diferente ao fato...” e segundo o MINAER “... daí para diante o que tem sido feito foi tentar apaziguar a conhecida técnica de exploradores com fins inconfessáveis a morte de um companheiro que todos lamentam.” A negligência cometida pode ter sido uma mera coincidência, para um oficial que talvez tivesse algum atrito com a cúpula das FF.AA.

A crise dos marinheiros é lembrada e informa-se que em face dos recentes acontecimentos de crise na Marinha os Ministros Militares e o Presidente junto com o recém empossado Ministro da Marinha resolveram instalar IPM para verificação dos fatos<sup>10</sup>. Esta informação referia-se à revolta dos marinheiros ocorrida no Rio de Janeiro. O IPM foi uma medida, ao que parece consensual, porém inócua como os demais cancelamentos de punições aplicadas nos eventos acontecidos. Aproveita-se o fato para agradecer a “atitude definida” das unidades subordinadas em face das “...recentes ações das FF. AA. contra o iminente perigo de Bolchevização do País...”<sup>11</sup>.

O discurso e atitudes acima corroboram o entendimento inicialmente apresentado, qual seja, o de reforçar por atos e palavras o espírito de disciplina nas organizações militares.



## Notas

- 
- <sup>1</sup> Aviso nº 5 alusivo ao aniversário do MAER
  - <sup>2</sup> Aviso nº 60 de 03 de dezembro de 62
  - <sup>3</sup> Ofício nº 117/ASS/04ABR63
  - <sup>4</sup> Ordem do Dia do Comandante da BANT
  - <sup>5</sup> Aviso nº 43-GM, de 14 de junho de 63
  - <sup>6</sup> Radiograma coletivo do MINAER.
  - <sup>7</sup> Radiograma nº 1347/1GRP/1909.
  - <sup>8</sup> Ordem do dia do Comandante da BANT
  - <sup>9</sup> Radiograma nº 47/GRP8/1601, do MINAER
  - <sup>10</sup> Radiograma nº 1513/MIN/3003
  - <sup>11</sup> Radiograma nº 596-3A-1-1504.

## Capítulo VIII

### Medidas de segurança

O discurso, a preocupação com o rito processual, o incremento do efetivo nas escalas de serviço, dentre outras medidas, não foram suficientes. A preocupação aumentava, e certas medidas de segurança precisaram ser tomadas.

A BANT orienta a todas subunidades o correto procedimento na utilização do claviculário. Ressalta-se o aspecto de segurança, pois a incorreta manipulação das chaves, por pessoas não autorizadas, poderia colocar em risco as instalações e pessoal da Base<sup>1</sup>. Orienta-se a fiscalização nos portões de acesso à Base. Regula a entrada e saída de material e pessoal. Outra vez o aspecto segurança é colocado em pauta<sup>2</sup>.

Reativa-se o posto de identificação da BANT. Recomenda-se que só seja permitida a entrada de civis, estranhos à Base, portando os devidos crachás de autorização de circulação.

Reestruturam-se as unidades do MAER<sup>3</sup>. Verificamos a necessidade de dar-se melhor organização sistêmica à estrutura existente, com a finalidade de melhor desempenhar as atribuições constitucionais da Força. Proíbe-se a utilização do traje de vôo em locais públicos<sup>4</sup>. Em outros Estados do Brasil alguns militares foram alvo de humilhações e crítica, quando uniformizados, ao transitarem em praça pública.

A BANT entra em prontidão<sup>5</sup>, inaugura-se o serviço de Superior-de-Dia (serviço inerente a capitães ou majores), que depois passa a sobreaviso<sup>6</sup>. Esta prontidão foi fruto da rebelião dos sargentos em Brasília.

As medidas de segurança prosseguem. Restringe-se a entrada pelos portões após as 22:00 horas. Isto só seria possível com autorização escrita do Superior-de-Dia.

A BANT contribui para a segurança de outras unidades. São designados 12 militares, do Pelotão de Polícia da Aeronáutica da Base, para seguirem à Brasília a fim de comporem reforço à Guarnição de Aeronáutica desta localidade. Esta movimentação aconteceu em quase todas as Bases, fruto da grande quantidade de militares, principalmente sargentos, que foram indiciados ou presos após a rebelião. Novamente a BANT entra em regime de prontidão.

Outra medida muito importante adotada foi a realização de um exercício de apresentação de reservistas<sup>7</sup>. É alegado o motivo de se fazer um coroamento do ano de instrução. Podemos supor que tal exercício, a ser realizado no fim do ano (em época de férias), tivesse outros motivos além de

um simples coroar de fim de instrução. Em comemoração ao Dia do Reservista obriga-se que todos se apresentem nas unidades militares de origem. O texto da convocação dizia ser "...obrigatória a apresentação de todos os reservistas da FAB, de qualquer categoria ou classe..".

A nível interno alguns setores são realocados. Assim, o depósito de material bélico da BANT passa a ser diretamente subordinado ao Comando da Base. Aparentemente uma medida estranha, haja vista existirem elementos especializados para este controle, por exemplo, a Infantaria de Guarda ou a Polícia da Aeronáutica.

Em fins de março de 64 a BANT entra em prontidão total, assim como todas as demais organizações militares da Aeronáutica. Para eventual "...necessidade de emprego e defesa da Organização.

Mesmo após a Revolução aparecem algumas medidas: Instauração de IPM, em todas as organizações da FAB, com a finalidade de "...apurar qualquer atividade subversiva praticada por elementos indiciados que importe na prática de crimes previstos no Código Penal Militar<sup>8</sup> ou na Lei de Segurança Nacional<sup>9</sup> ...". Os resultados deste IPM, instaurado na BANT através da Portaria nº 290 de 04 de abril de 1964, serão analisados adiante, pois importam em atitudes assumidas e executadas no período que nos propusemos a pesquisar.

Verificamos outro indicio forte sobre as inquietações vivenciadas no meio militar. A condução das tarefas cotidianos era permeada de atitudes que visavam estender a convicção de que os quartéis estariam inócuos às perturbações nacionais. Mas isto era cada vez mais difícil. Outra tentativa foi empreendida paralelamente, a educação.

## Notas

---

<sup>1</sup> Nota de Serviço nº 58/63

<sup>2</sup> Nota de Serviço nº 59/63

<sup>3</sup> Decreto nº 51.724, de 19 de fevereiro de 63

<sup>4</sup> Radiograma nº 442/CMD/1508

<sup>5</sup> Prontidão, segundo o RISAER (Capítulo III e IV), divide-se em parcial e total. No primeiro caso implica na preparação da Organização, no mais curto prazo possível, para estar apta para atender a qualquer emergência e cumprir ordens do escalão superior. Um terço do efetivo permanece na Unidade, as aeronaves ficam prontas para emprego imediato, são tomadas diversas medidas preventivas para com a segurança, a rotina da Organização prossegue normalmente e os militares que não pernoverem na Unidade devem estar em condições de comparecer imediatamente, se solicitados. Na prontidão Total todo o efetivo permanece na Unidade, a manutenção das aeronaves é acionada para aumentar, até o possível, a disponibilidade das aeronaves, reforça-se a vigilância, as aeronaves permanecem prontas para decolar, é feita distribuição de armamento e munição aos militares, aumenta-se o controle do consumo de combustível, as atividades de instrução ficam restritas ao interior da Organização, centraliza-se o controle das comunicações, controla-se a água, víveres e energia elétrica. Além disso as férias, licenças e dispensas são interrompidas. É a situação mais crítica.

<sup>6</sup> Outra situação especial das Unidades Militares. De menor gravidade que a prontidão, também configura-se certa preocupação com o reforço da segurança, dentre outras medidas. Para maior detalhes ver o RISAER, Capítulo II.

<sup>7</sup> Ofício nº 25-S/1-circular, de 7 de novembro de 63

<sup>8</sup> Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969.

<sup>9</sup> Lei nº 1.802, de 05 de janeiro de 1952.

## Capítulo IX

### Ação educacional, anti-subversão e anticomunismo

A educação, também entendida como doutrinação, consistiu numa das mais sérias tentativas de se debelar o clima tenso existente nos quartéis. Para se atingir este objetivo colocou-se em prática uma intensa ação de caráter educacional, visando o esclarecimento político-ideológico dos militares. Devemos destacar a “Ação educacional de instrução contra a guerra revolucionária”<sup>1</sup>. Consiste na normatização de uma instrução específica a ser ministrada nas unidades militares. Entre seus objetivos estavam a preparação psicológica e material da FAB contra a ação subversiva, e o conhecimento das finalidades, da doutrina, dos processos e técnicas utilizadas pelo comunismo, como forma de neutralizá-lo e combatê-lo. Procurava atingir o íntimo da personalidade humana, não se restringindo a ação em horas destinadas ao desenvolvimento de programas. Deveria ser ministrada de forma adequada aos diferentes níveis. Ressaltar-se-iam os valores democráticos da Constituição. Opor-se a doutrina comunista, neutralizando sua propaganda. Muitas eram as pretensões da ação. Percebemos a clara preocupação em fornecer um aparato educativo de caráter ideológico contra a chamada subversão. Obviamente que este documento não nasceu no dia 09 de abril. Sua gênese é muito anterior. Não temos condições de precisar a data, porém, ao leitor mais arguto reluzem as preocupações que rondavam as cabeças dos chefes militares, a ponto de desencadear um processo especial de combate ao “mal” aparente. Sabemos que nesta primeira fase a tentativa deu-se no campo das idéias. Posteriormente ações mais objetivas seriam tomadas<sup>2</sup>.

O documento é bastante completo inclusive citando bibliografia a ser consultada. Traz os assuntos divididos por unidades didáticas. É importante destacar que para os diferentes níveis (soldados, sargentos e oficiais) alterações nos currículos são efetuadas. Para os oficiais a ênfase está nos aspectos psicológicos e doutrinários, enquanto que para os sargentos relevam-se os aspectos de caráter prático, como exemplo as noções de guerrilha. Para cabos e soldados a carga horária total é menor. Divide-se em demonstrar as vantagens da democracia sobre o comunismo e apresentar algumas ações contra distúrbios civis, terrorismo e guerrilhas.

Paralelamente programam-se palestras cívicas para o efetivo da BANT. Esta e outras atitudes fazem parte de uma ação de educação moral e cívica, ocorrida nas unidades. Como parte desta ação citamos, ainda, a “Operação Ensino”<sup>3</sup>, que visava atrair e ao mesmo tempo fazer propaganda da Força Aérea.

Filmes são projetados, como foi o caso da película “Experiência Culminante”, para toda a Unidade, como parte da promoção da Companhia de Rearmamento Moral. Outra iniciativa de educação cívica.

Como parte destas medidas de caráter que concorriam para a educação programam-se, na BANT, disputas esportivas. É distribuída a programação desta “olimpíada” interna. Participariam todos os militares, divididos em equipes dos diversos setores da Base. Era uma tentativa de união e harmonia entre todos os setores e postos. Bem como uma tentativa de diminuir a separação entre os grupos de militares. Como reflexo da rebelião de Brasília procurava-se integrar os efetivos da Corporação. As atividades esportivas são um excelente caminho para se atingir este objetivo. Chega-se, inclusive, a dispensar os militares de outros serviços para poderem prestigiar as atividades da olimpíada.

Realizam-se demonstrações de ataque aéreo, em comemoração ao Dia do Aviador, na Praia do Meio. Causa grande repercussão na população. É, antes de tudo, uma demonstração de força.

Natal recebe a 4 de novembro de 63 a visita da já citada “Operação Ensino”. Convidam-se estudantes e demais jovens. Solicita-se a participação do Governo do Estado para colaborar na campanha. Realiza-se uma palestra sobre “Os Vultos da História Pátria”, de forte caráter cívico. A população natalense faz homenagens à FAB. Percebe-se a tentativa de doutrinação da população.

Os eventos nacionais que possibilitassem qualquer tipo de repúdio aos comunistas eram devidamente comemorados. Aqui realizou-se uma comemoração em sufrágio dos militares tombados na Intentona Comunista de 1935. Constituiu-se uma romaria cívico-religiosa.

Esta ação educacional também teve medidas fortes. Assim o próprio Comandante da BANT é substituído.

Nos dias posteriores a 31 de março a campanha continua e ligeiramente atrasada realiza-se em Natal a famosa “Marcha da família com Deus pela liberdade”. Os militares participam e a BANT coloca 2 ônibus à disposição dos familiares.

Concluimos, portanto, que o conjunto de evidências aqui narradas servem, mais uma vez, para contribuir com nosso entendimento da hipótese. Ou seja, verificamos um crescente sentimento de apreensão, seja nos discursos, ordens-do-dia, radiogramas, orientações quanto a procedimentos judiciais, medidas de caráter preventivo, ações cívicas, sociais ou educativas, que redundam no desencadear de uma atitude de vulto no cenário nacional: a Revolução de 31 de março.

## Notas

- 
- <sup>1</sup> Documento publicado no Boletim Reservado de 09 de abril de 64
- <sup>2</sup> O caráter objetivo refere-se à repressão. Inicialmente através de prisões, depois cassações e a guerrilha urbana e rural.
- <sup>3</sup> COSTA, F. H. op. cit., p. 266

## Capítulo X

### Transgressões disciplinares<sup>1</sup>

A análise em todas as transgressões disciplinares afetas a soldados, cabos, sargentos, oficiais e funcionários civis, bem como das punições decorrentes, torna-se muito interessante. Elas podem apresentar em dados numéricos os eventuais resultados oriundos das perturbações internas nos quartéis.

É necessário, porém, que esclareçamos os diferentes graus de punição que existem. A tabela 5 contém uma explicação detalhada sobre cada uma delas.

Tabela 5 - Tipos de punição e significados

TIPO	DESCRIÇÃO
Repreensão	Declaração formal de que ao transgressor coube essa punição por haver cometido determinada falta. Pode ser em particular ou em público; verbal ou escrita.
Detenção	Retenção do transgressor em lugar não destinado à cárcere comum, e que, a juízo do comandante poderá ser a residência do militar ou um recinto da organização.
Prisão	Reclusão do transgressor em local apropriado e que, a juízo do comandante, poderá ser uma dependência da organização, alojamento ou o recinto fechado denominado xadrez.

O pleno entendimento do processo corretivo representado pela punição demandaria tempo excessivo para ser explicado. Pois, são considerados inúmeros fatores atenuantes e agravantes. Este estudo simplifica, sem comprometer a integridade dos dados e as conclusões, a compreensão desse processo, considerando os efeitos estatísticos. A título de exemplificação do que foi dito tomamos a referência do Artigo 6º, Título I, Capítulo Único do RDAER. Ele diz que "... a punição só se torna necessária quando dela advém benefício para o punido, pela sua reeducação, ou para a Organização Militar a que pertence, pelo fortalecimento da disciplina e da justiça."

Existem outros tipos de punição. Geralmente decorrentes do agravamento de outra já aplicada, podendo até ser constituído um crime militar. Estas não entrarão na nossa análise. Apontaremos aquelas de caráter cotidiano, por serem as mais comuns e representativas.

Os funcionários civis constituem um grupo ímpar no interior das unidades militares. São passíveis de punições administrativas reguladas pelo Estatuto do Funcionário Público, em geral as constantes do nº 3 do artigo 210. São, via de regra, suspensões do trabalho que redundavam em descontos de salário. Também foram totalizadas embora ocorressem em menor intensidade.



As punições relativas a cabos e soldados são publicadas nos boletins ostensivos. As dos sargentos e oficiais nos boletins reservados<sup>2</sup>. Estes somente editados esporadicamente<sup>3</sup>.

A tabela 6 totaliza o número de militares que foram punidos, dentre os diferentes tipos de punição, nos meses de 63 e 64.

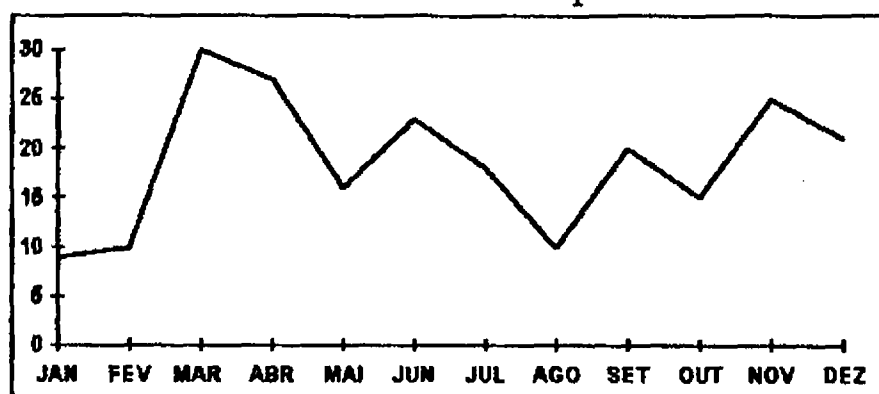
Tabela 6 - Número de militares punidos (1963-64)

63	REPREENSÃO	DETENÇÃO	PRISÃO	TOTAL
jan	0	4	5	9
fev	3	2	5	10
mar	6	11	13	30
abr	2	20	5	27
mai	0	11	5	16
jun	2	17	4	23
jul	0	14	4	18
ago	0	7	3	10
set	2	7	11	20
out	1	8	6	15
nov	0	14	11	25
dez	0	14	7	21
64				
jan	2	27	6	35
fev	0	11	1	12
mar	2	10	6	18
abr	3	14	3	20
TOTAL	23	191	95	309

No ano de 63 e nos quatro primeiros meses de 64, aproximadamente 26,50% do efetivo sofreu qualquer tipo de punição disciplinar. Devemos considerar que alguns militares podem ter obtido mais de uma. Não temos condições de relativizar estes dados já que não dispomos de informações de outras unidades militares.

No primeiro e segundo semestre de 63 mantém-se, aproximadamente, o mesmo número total de punições. Respectivamente 115 e 109. Os meses de março e abril representam o ápice com os totais de 30 e 27. Outro ponto culminante está em novembro, 25. Observando-se o gráfico 1, abaixo, constatamos duas tendências.

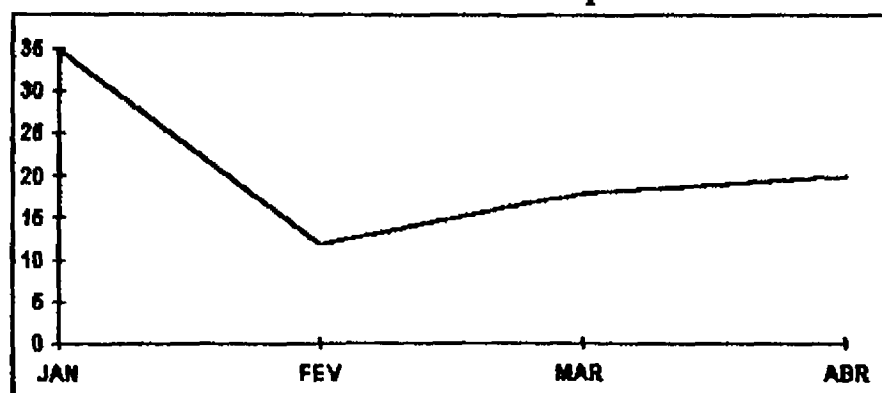
Gráfico 1 - Número de militares punidos em 1963



Uma diminuição após março, atingindo o mínimo em agosto. A outra tendência aparente, de elevação, ocorrendo após agosto, com índice máximo em novembro. A interpretação dos valores relativos ao segundo semestre força-nos a, mais uma vez, associar esta elevação como decorrência dos acontecimentos da rebelião de Brasília.

Entretanto devemos fazer uma ressalva importante. Que inclusive pode ser visualizada no gráfico 1, em especial nos meses de outubro e dezembro, onde o número de punições cai. Em outubro este número é abaixo da média geral (18,6). A tendência aparente de elevação mascara uma realidade que então ocorria. O afrouxamento da aplicação de punições disciplinares decorrentes dos constantes “perdões” concedidos aos militares envolvidos em transgressões, em particular aquelas que fluíam para a mídia ou à outro meio de divulgação externa. Esta evidência é marcante na pós-rebelião de setembro. Teremos a oportunidade, mais adiante, de verificar como isto influenciava negativamente o apoio dos oficiais ao governo. Consternavam-se as lideranças militares com as anistias concedidas, em especial aos sargentos e cabos. Favorecia-se assim ao senso comum de não se punir para não se assistir ao desagradável espetáculo de se ver uma autoridade desautorizada. O gráfico 2 confirma nossas expectativas neste sentido.

Gráfico 2 - Número de militares punidos em 1964



O mês de janeiro reforça a tendência aparente de alta, que logo decresce para valores abaixo da média, como em fevereiro (12). Alguma dúvida poderia surgir com relação ao primeiro mês do ano, devido a elevação abrupta até 35. Acontece que neste mês, em particular, aconteceu uma concentração anormal de detenções de soldados em virtude de faltas ao serviço ou ao trabalho. Totalizamos 16 militares punidos por estas transgressões. Movimento completamente irregular e com motivo localizado. Neste caso em especial o número é muito superior à média de outros meses. Se pudermos tornar irrelevantes estes castigos, o valor correspondente a este mês decresceria para 19. Logo, dentro da média geral. Consoante com a tendência de estabilidade mascarada verificada a partir de outubro de 63.

Nestas primeiras deduções visualizamos a intensidade, relativa, das penas impostas ao efetivo militar, reparando que ao contrário do que se poderia inicialmente supor, elas tenderam a diminuir quando de acontecimentos internos marcantes, como em setembro de 63. Por conseguinte, enquadrando-se dentro do quadro geral de expectativa negativa quanto à punições de transgressões no seio das Forças Armadas. Percebemos a logicidade aplicada à esta tendência de diminuição justificada pela anuência de setores externos no sentido de anular ou mesmo não permitir a aplicação de penas aos militares transgressores (veja o Capítulo VI quanto às preocupações com o rigor na formalísticas e prazos dos processos jurídicos). Com relação a este ponto específico, e como já citamos anteriormente, a seqüência da pesquisa apresentará de forma mais elaborada e comprovada estas expectativas. Em particular quando tratarmos do IPM instaurado após a Revolução de 64 (ver Capítulo XI).

Conheceremos, agora, os motivos arrolados para proceder as punições. Agrupamos esta causas em três conjuntos maiores. Certa homogeneidade poderá ser detectada nos dois primeiros grupos. Já o último concentrou aquilo que poderíamos chamar de "outros" (ou seja, motivos de ordem variada e sem natureza comum). Esta divisão é meramente didática. É empregada para facilitar a análise.

O grupo 1 aglutina os atos ofensivos à hierarquia. São as transgressões de desacato a superior hierárquico, tratar superior de modo desrespeitoso, portar-se de maneira inconveniente frente a superior, não cumprir ordens ou retardar seu cumprimento.

No grupo 2 estão os atos ofensivos à disciplina. Entre eles faltar, dormir ou afastar-se do local de serviço, não se apresentar no término das férias, faltar à formaturas e revistas, ausentar-se do local de trabalho, trocar serviço sem

autorização, não executar os serviços de sentinela, trabalhar mal e permitir entrada de pessoa estranha.

No grupo 3 transgressões como cuidar mal da arma, inserir publicação subversiva, agressões de toda ordem, indisciplina de vôo, uniforme em desalinho, adulteração de documentos, faltar com a verdade, emprestar material não autorizado, não assumir compromisso pecuniário, portar-se de maneira não condizente em via pública, ingerir bebida alcoólica, usar trajes civis no interior da organização e estragar material da Fazenda Nacional.

Como já dissemos, reforçamos a posição do caráter didático destes agrupamentos. Tecnicamente não existem. Consideramo-los apenas para facilitar a manipulação dos dados na pesquisa e posterior apresentação.

A tabela 7 mostra a evolução da ocorrência do total de dias aplicados nas punições nos diferentes grupos supracitados.

Tabela 7 - Total de dias aplicados em punições

MESES	GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 3	TOTAL
63				
JAN	0	30	16	46
FEV	0	38	17	55
MAR	43	84	17	144
ABR	13	87	4	104
MAIO	12	44	28	84
JUN	8	66	62	136
JUL	12	66	24	102
AGO	19	19	10	48
SET	29	37	65	131
OUT	10	46	13	69
NOV	29	39	66	134
DEZ	6	101	41	148
64				
JAN	8	136	41	185
FEV	4	46	0	50
MAR	8	50	28	86
ABR	22	41	23	86
TOTAL	223	930	455	1508

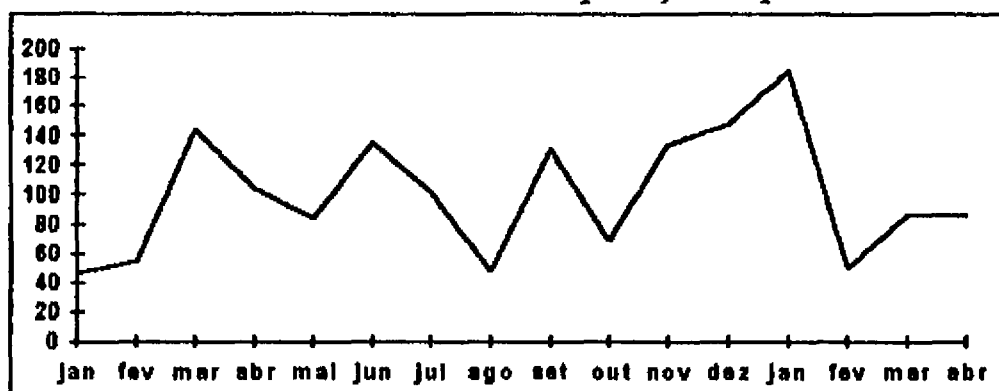
As transgressões disciplinares do grupo 1 (caracterizadas como ofensas à hierarquia) seguem o reflexo dos acontecimentos externos e internos. O momento pós-evento de repercussão caracteriza-se pelo aumento do número de dias em punições. Reflexo coerente devido à natureza deste grupo. Isto acontece progressivamente de junho a novembro de 63, exceção à queda de outubro. ocorre de novo entre fevereiro e abril de 64. Com relação ao grupo 2 (ofensas à disciplina) o movimento também é percebido, entre agosto de 63 e janeiro de 64, porém de forma menos explícita que no grupo anterior. No

grupo final a oscilação é muito grande, não permitindo uma conclusão mais exata. Isto talvez decorra da própria natureza diversa deste grupo.

Os totais, entretanto, refletem uma instabilidade, conforme demonstrado no gráfico 3. A única ressalva é percebida a partir de outubro, onde janeiro de 64 constitui uma exceção.

Não podemos confundir esta tendência com aquela apresentada anteriormente. Pois, aqui, o que se visualiza não é o número de militares atingidos, mas em que intensidade. Assim, por exemplo, podemos ter o caso de poucos militares atingidos por elevado número de dias de punição. Podemos inferir que não havia vontade de se regularizar o grau aplicado. Estes eram frutos da ocorrência propriamente dita. Não havia perseguições contra elementos que demonstrassem tendências estranhas à Organização ou aos seus princípios, daí, mesmo em períodos de grande agitação, o número de dias aplicados em punições não crescerem muito (ao menos na mesma medida em que variava o número de punidos).

Gráfico 3 - Totais de dias de punições aplicadas



Nos meses de 64 verifica-se certa estabilidade, inclusive se considerarmos a exclusão da exceção de janeiro, possivelmente fruto dos amargos cancelamentos e anistias aos militares envolvidos em distúrbios populares ou movimentos reivindicatórios, confirmando o senso comum predominante entre a oficialidade, que geralmente era quem punia, já citado acima.

Esta é mais uma evidência colhida no dia-a-dia da BANT. As transgressões disciplinares e decorrentes punições também contribuem para percebermos a gravidade do momento. Somente a análise de um IPM, realizado no Capítulo seguinte, permitirá a cristalina percepção das preocupações sentidas no cotidiano das infrações disciplinares da BANT.

## Notas

---

<sup>1</sup> Transgressão disciplinar, de acordo com o RDAER, é toda ação ou omissão contrária ao dever militar, e como tal classificada nos termos deste Regulamento. Distingue-se do crime militar que é ofensa mais grave a esse mesmo dever, segundo preceituado na legislação penal militar.

<sup>2</sup> Documentos que contém matérias de conhecimento restrito, porém da mesma natureza dos ostensivos. A única exceção a esta regra eram as punições por indisciplina de vôo, que eram publicadas nos boletins ostensivos.

<sup>3</sup> No ano de 63 foram emitidos 241 boletins ostensivos e 50 reservados (ver anexo3).

## **Capítulo XI**

### **A história de um Inquérito Policial Militar**

Após o dia 31 de março de 64 todas as organizações militares do MAER receberam a determinação de abrir um IPM específico<sup>1</sup>. O objetivo deste inquérito era apurar ações de cunho subversivo que importassem em crime militar do Código Penal Militar (CPM) ou da Lei de Segurança Nacional (LSN) empreendidas por militares e funcionários civis do Ministério. Cada unidade, cumprindo a determinação, iniciou as averiguações dos acontecimentos que lhes diziam respeito.

Apesar de aberto após a Revolução inúmeros são os acontecimentos investigados que tinham data de 1963 e princípios de 64.

A BANT instaurou o IPM a 30 de abril<sup>2</sup>.

No total foram indiciados mais de 100 militares da Base. A maioria sargentos<sup>3</sup>.

As investigações retroagiram ao dia 11 de setembro de 1963. Neste dia a Polícia Militar do Rio Grande do Norte (PMRN) deu início a um “movimento coletivo de rebeldia reivindicatório de melhoria de vencimentos”. O Exército abafou a manifestação, inicialmente liderada por sargentos, que depois, contou com a adesão dos oficiais. As investigações posteriormente concluíram que a PMRN vivia momento de grande dificuldade salarial. Daí a adesão da oficialidade. A rebeldia configurou-se na recusa de trabalhar e na carta-ultimato dirigida ao Comandante Geral da PM.

Este movimento aparentemente não teve qualquer ligação com os acontecimentos de Brasília (rebelião dos sargentos). Porém, vários militares da Aeronáutica, sediados em Natal, colaboraram na deflagração da revolta. Alguns inclusive tiveram participação direta, realizando visitas aos militares rebelados, colhendo donativos para os mesmos ou simplesmente prestando solidariedade moral.

É, portanto, neste movimento que começa o nosso IPM. Procurando indiciar inicialmente os militares citados no inquérito realizado pelo Exército, sobre a rebeldia na PM.

Outro evento significativo que contribuiu sobremaneira para os autos do IPM foi o conhecido “Dia do Fico”<sup>4</sup>. No dia 13 de setembro de 63 pousava em Natal uma aeronave B-26, de matrícula 5172, oriunda de São Paulo, mais especificamente do Parque de Material Aeronáutico (PAMA-SP). Um dos sargentos que estava à bordo trazia consigo um pequeno embrulho que lhe havia sido entregue naquela localidade. Ciente do conteúdo do pacote, o sargento, mesmo orientado pelo comandante da aeronave a não permitir o

transporte de qualquer material ou encomenda naquela aeronave, desrespeita a ordem e realiza o transporte da carga, sem que o piloto percebesse. Acontece que o país passava pela comentada crise que eclodira em Brasília a 12 de setembro. A decisão do Supremo Tribunal Federal em negar a elegibilidade aos sargentos causou profundos ressentimentos, levados ao extremo. Sufocada a rebelião, grupos de sargentos em diversas outras localidades prestavam solidariedade ao grupo da Capital Federal. Faziam isto através da publicação de manifestos. No PAMA-SP o movimento era forte. O sargento de Natal trazia naquele pacote diversos manifestos editados em São Paulo. O teor das publicações requeria a elegibilidade imediata, hipotecava apoio aos sargentos rebelados de Brasília, negava-se a acatar a decisão do Supremo, dentre outras declarações que à época foram consideradas subversivas.

O militar, não contente em trazer os manifestos, ainda fixa-os à entrada do refeitório das praças. A reação é imediata. Procura-se o responsável e rapidamente chega-se até ele. O Comandante da BANT decidiu prender incomunicável o sargento. Tudo isto acontece da hora do almoço até o fim do expediente. A saída das conduções que levavam os militares até suas residências inicia-se normalmente. No círculo dos sargentos toma-se conhecimento da decisão tomada quanto ao infrator. Dá-se início a reação mais contundente percebida em Natal.

Os demais sargentos, mais de 100, resolvem exigir que se eximisse a incomunicabilidade do preso. Alguns protestos começam. A situação tornava-se tensa. Muitos oficiais já tinham conhecimento das reivindicações, mas a imensa maioria não concordava, pelo simples fato do preso ter desrespeitado a ordem do comandante da aeronave, algo que pesa muito na aviação. Talvez fossem até solidários com a elegibilidade, mas o desrespeito à ordem não era admissível.

O ápice deste evento acontece quando o Comandante da Base resolve reunir os sargentos e prestar esclarecimentos sobre o acontecido. Porém estes não aceitam as explicações e decidem em grupo permanecer na Base, solidários ao sargento infrator. Ocorre, então, a prisão em massa dos rebeldes. Os preparativos para a hospedagem coletiva têm início. Diversos oficiais são escalados para vigiar o imenso grupo detido. Neste, ínterim, contatos telegráficos são realizados com a 2ª Zona Aérea, em Recife. A orientação final dizia que os militares deveriam ser soltos e somente alguns, no máximo 5 ou 6, deveriam ser presos, para que se evitasse uma revolta maior.



Na madrugada os sargentos são liberados, inclusive o infrator que trouxera o manifesto de São Paulo. A oficialidade fica consternada. Não concorda com a liberação mas acata a decisão. Restou o ressentimento.

O "Dia do Fico", como assim ficou conhecido, é uma das peças que montam o IPM, que estudamos. Dele são retirados mais nomes que passariam por investigações.

Nestas não faltaram revistas em residências particulares, onde eram apreendidas publicações diversas que tivessem ligação com o comunismo ou a subversão<sup>5</sup>.

Realizou-se uma verdadeira devassa nesta investigação. A análise dos autos por si só seria matéria de estudo que renderia muitas conclusões ainda inéditas sobre os acontecimentos nos quartéis, em especial na BANT.

O Relatório Parcial contido num dos volumes dos autos apresenta a contribuição que cada militar e civil teve no desenrolar de diversas ações consideradas subversivas, portanto passivas de condenação por crime no CPM ou na LSN. A conclusão do relator aponta para o clima de agitação insuflamento à desordem, à indisciplina, à desagregação do princípio de autoridade e da hierarquia propiciado pelo governo deposto em 31 de março de 64, particularmente no que concerne à destruição dos pontos básicos de apoio, da coesão e da unidade das FF. AA. - hierarquia e disciplina. Indica que militares da Base, de comum acordo ou isoladamente, de um modo permanente, tramavam contra o regime. Tentavam, de maneira insidiosa, em conjunto ou separado, trazer à caserna a desconfiança, a desunião, aliciando elementos ou pregando o desrespeito à hierarquia e à disciplina, solapando o princípio da autoridade, para desencadear um movimento de caráter subversivo, levando o país a um clima de insegurança, de confusão, de anarquia, mergulhando-o no caos para, assim, facilmente submetê-lo a um regime antidemocrático e contrário à moral, aos bons costumes, à dignidade, alterando o sistema de governo que está imanente no espírito de todos os brasileiros - o democrático. Refere-se ao clima de agitação nacional e em especial o do Rio Grande do Norte, na BANT. Caracteriza as constantes prontidões, sobreavisos, pedidos de transferência de militares, o movimento na PMRN, e o motim na própria Base, em 16 de setembro de 63, como agitações e inseguranças que não podiam ser aceitos. Cita ainda outros fatos que contribuíram para este clima como a criação da Casa do Sargento que recebia orientação de um elemento altamente desagregador, subversivo, um ex-deputado, a prisão disciplinar de um sargento da PMRN, que fora candidato a prefeito, o baixo nível salarial da PM que deu margem ao

movimento interno nesta corporação, a distribuição do impresso subversivo na BANT<sup>6</sup>.

A Casa do Sargento era uma associação dos graduados que havia sido formada para lutar pelos interesses dos graduados e possuía certa penetração entre estes. O Relatório conclui que ela, através de seus mais ativos representantes, contribuiu no insuflamento à ordem, à indisciplina, ao desacato, à insubordinação. Preparou e conduziu uma visita de solidariedade aos militares da PM amotinados. Em outro evento ocorrido naquela Casa um dos militares é vaiado por ter se pronunciado contra o comunismo. Isto, segundo a conclusão, diz muito deste ambiente. Recinto de pregação ideológica e doutrinação política, talvez transformada em célula atuante para solapar o regime.

A rebelião armada de Brasília foi intensamente vivida pelos sargentos da BANT, diz a conclusão. A agitação era enorme. Alguns depoimentos citam que houveram reuniões onde o assunto era tomar a Base. O movimento, contudo ainda era embrionário e havia uma disputa pela liderança conduzida por vários elementos. Aguardava-se, aqui, orientações advindas do sul do país, em especial de São Paulo. É neste ponto que os elementos subversivos manobram aproveitando a prisão do sargento que viera daquele estado, em avião da Base. O objetivo era reunir os sargentos no sentido de que estes não saíssem da Base após o expediente. Ocorre, então, o episódio do fico. O Comandante da BANT reunira os sargentos, em frente ao prédio do comando, e explicava os motivos da prisão do panfletário. Um dos sargentos reunidos sai de forma e solicita ao Comandante a mudança do local da prisão. Ante a negativa da resposta informa que os sargentos não deixariam a Base. Dá-se voz de prisão a todos. Durante a noite recebe-se um radiograma de Recife determinando que todos os envolvidos fossem ouvidos por uma comissão de três oficiais. Face ao grande número de presos o prazo determinado não seria possível cumprir. O Comandante da BANT determina a soltura dos sargentos.

Com ar de indignação o Relatório conclui que para fato de tamanha gravidade somente determinou-se, posteriormente, a abertura de duas sindicâncias. Na primeira sucede-se a punição, com 12 dias de prisão a somente um sargento. A outra foi interrompida antes da conclusão<sup>7</sup>.

O relatório apresenta a participação de cada um dos indiciados nos atos supracitados, coligindo uma série de outras atitudes dos citados.

Como vimos este IPM é fundamental para termos a real noção do que acontecia no dia-a-dia da Base Aérea de Natal. Ressaltamos que este documento reúne inúmeros depoimentos autenticados dos envolvidos.

Eles evidenciam sobremaneira todas aquelas expectativas de insegurança até agora apresentadas. São prova cabal das incertezas de manutenção dos princípios basilares do militarismo: a hierarquia e a disciplina.

## Notas

---

<sup>1</sup> Portaria nº 290, de 04 de abril de 1964, do MINAER.

<sup>2</sup> Portaria nº 004/IPM-64, de 30 de abril de 1964

<sup>3</sup> Exatamente 130 militares, sendo 6 oficiais e 124 sargentos

<sup>4</sup> Expressão homônima do famoso episódio da História do Brasil Império.

<sup>5</sup> Em um dos autos de busca e apreensão foram apreendidos os seguintes livros e jornais, dentre outros: "Como tornar-se um bom comunista", de Vayko; "Como seria o Brasil socialista", de Nestor de Holanda; "Revolução e contra-revolução no Brasil", de Franklin de Oliveira; "Quem pode fazer a revolução no Brasil?", de Bolívar Costa; jornal "A classe operária".

<sup>6</sup> Autos do IPM, Volume 4º, item III do Relatório Parcial, folhas 855 e 856.

<sup>7</sup> Ibid. item IV do Relatório Parcial, folhas 856 a 862.

## Conclusão

Ao iniciarmos a pesquisa nos propusemos a identificar evidências presentes no dia-a-dia de uma Organização Militar que pudessem colaborar, em âmbito nacional, na determinação do Movimento de 31 de março de 1964. Apontar para o sentimento intrínseco das lideranças militares que viam os princípios de hierarquia e disciplina serem, paulatinamente, solapados.

Dessa forma observamos o crescimento dos efetivos nas escalas de serviço, como forma de garantir a segurança das instalações e da ordem no interior do quartel. Percebemos a clara preocupação dos comandos superiores em alertar aos subordinados para a correta formalística em várias modalidades jurídico-processuais, a fim de se evitar as anulações das decisões tomadas no foro cotidiano da caserna. Ficou bastante evidente a tentativa constante de se transmitir a segurança através do discurso, confiando na manutenção da ordem e da disciplina. Tentativas acalouradas de perpetuar o sentimento de coesão numa instituição que via nesta qualidade sua razão de ser. Porém, não somente na palavra permaneceram as medidas corretivas. Instruções e normas de serviço internas procuravam garantir a integridade pessoal e material dos militares. Seguiu-se uma doutrinação ideológica representada pela ação educacional, que pretendia dar o sustentáculo intelectual para as medidas mais objetivas. E não foram poupados esforços neste sentido, até mesmo à custa da punição dos eventuais culpados, mesmo que o governo de Goulart não acenasse positivamente para estas medidas. Por fim retiramos de um inquérito policial militar as incontestáveis evidências de que as tentativas de subversão existiam. Eram presenças diárias na Base Aérea de Natal. Soubemos que inclusive conspirava-se para tomar o poder na nossa unidade. Seria talvez a reedição da Intentona de 1935 ?

Ao leitor mais atento e questionador não faltaram provas da insegurança perpetrada pelos subversivos. A Base Aérea de Natal, com os acontecimentos narrados, contribuiu sobremaneira para a configuração do cenário de anarquia e sublevação que se tentava instaurar no país.

Evidenciamos na pesquisa a contribuição ao debate em torno das causas que determinaram o 31 de março de 1964. Trazendo fontes inéditas procuramos acentuar o caráter de viver o cotidiano de uma organização militar de forma até então inexplorada. Analisando os boletins diários alcançamos um limite de clareza na percepção do que sentia cada militar em particular, e, por conseguinte, o todo.

Com certeza poderíamos abrir o espaço para questionamentos quanto a este alcance ou talvez reconsiderar certas colocações. Em especial quanto aos

limites do verdadeiro alcance da rebelião de Brasília, haja vista as dificuldades de comunicação e ausência de uma mídia completamente atuante, como é hoje em dia.

É possível que tenhamos fortes evidências sobre aspectos completamente diferentes dos aqui abordados. Não procuramos tomar a atitude impassível de não aceitar compreensões diversas sobre a matéria. O estudo é uma contribuição e não a contribuição.

Concluimos reforçando a idéia que entende o Movimento Militar de 31 de março de 1964 como fruto das intranqüilidades experimentadas pelos militares, quando viram sua Instituição ser atingida nos alicerces e o Brasil sujeito ao caos das ideologias radicais que defendiam inclusive a luta armada, com o derramamento de sangue entre irmãos, para atingir o poder.

**Anexo 1**  
**Tabela de receitas, despesas e saldos**  
**da BANT em 1963-64**

MÊS	RECEITA	DESPESA	SALDO
63			29.707.500
JAN	83.723.000	94.506.000	18.924.000
FEV	87.224.000	87.527.000	18.621.000
MAR	91.154.000	66.669.000	43.106.000
ABR	103.171.000	94.273.000	52.004.000
MAIO	96.936.000	98.176.000	50.764.000
JUN	99.918.000	92.552.000	58.129.000
JUL	92.199.000	88.688.000	61.641.000
AGO	203.332.000	215.514.000	49.459.000
SET	212.410.000	201.733.000	60.136.000
OUT	162.860.000	154.062.000	68.934.000
NOV	164.170.000	196.813.000	36.291.000
DEZ	193.137.000	202.471.000	26.957.000
64			
JAN	143.055.000	133.694.000	36.318.000
FEV	154.650.000	167.101.000	23.867.000

**Anexo 2**  
**Distibuição do efetivo da BANT em**  
**1963-64**

**1963**

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
TOTAL	1860	1934	1949	1995	2065	2065	2065	2057	2042	2052	2040	2012
OFICIAIS	73	91	101	114	128	126	122	122	121	121	121	100
SARGENTOS	339	345	342	342	343	346	337	335	337	335	335	331
SOLDADOS	666	712	725	737	752	759	770	763	749	758	747	745
CIVIS	783	783	782	803	842	833	834	837	837	837	837	836

**1964**

	JAN	FEV	MAR
TOTAL	2004	2081	2114
OFICIAIS	85	81	140
SARGENTOS	331	337	335
SOLDADOS	737	815	795
CIVIS	852	846	845

Observações: 1-Sargentos: equivale ao número de suboficiais e sargentos.  
2-Soldados: equivale a cabos e soldados



**Anexo 3**  
**Calendário de edições de Boletins Ostensivos e Reservados**  
**em 1963-64**

1963 - dias que foram publicados boletins ostensivos e reservados (negrito)

janeiro: 1,2,3,4,5,7,8,9,10,11,14,15,16,17,18,21,22,**23**,24,25,28,29,**30**,31

fevereiro: 1,4,5,**6**,7,8,11,**12**,13,**14**,15,18,19,20,21,22,28

março: **1**,4,5,**6**,7,8,11,**12**,13,14,15,16,18,**19**,**20**,21,22,25,26,**27**,28,29

abril: 1,3,4,5,8,9,**10**,15,16,**17**,18,19,22,**23**,24,25,26,**29**,**30**

maio: 2,3,6,7,8,**9**,10,13,14,15,16,17,**20**,21,22,23,**24**,27,28,29,30,31

junho: 3,4,6,7,10,11,12,14,17,**18**,19,20,21,25,26,27,**28**

julho: 1,2,3,4,**5**,8,9,10,11,12,15,16,**17**,18,19,22,23,24,25,29,30,31

agosto: 1,2,5,**6**,7,8,9,12,13,14,**16**,**19**,20,21,22,23,26,27,28,**29**,**30**

setembro: 2,3,4,5,6,10,**11**,**12**,**13**,16,17,**18**,19,**20**,23,24,**25**,26,27,30

outubro: **1**,2,3,4,7,8,9,**10**,11,14,**15**,**16**,17,18,21,22,25,29,30,**31**

novembro: 4,5,6,7,8,11,**12**,**13**,**14**,18,19,**20**,21,22,25,26,27,**28**,29

dezembro: 2,3,4,**5**,6,9,10,11,**12**,16,17,**18**,19,20,21,23,26,27,**30**,31

1964

janeiro: 2,3,7,**8**,9,10,13,14,15,16,17,**20**,21,22,23,24,27,28,29,30,**31**

fevereiro: 3,4,5,6,7,13,14,17,18,19,20,21,24,25,**26**,27,28

março: 2,3,4,5,6,9,**10**,**11**,12,13,16,17,18,19,20,23,24,25,30,31

abril: 1,2,**3**,6,7,8,9,10,13,14,15,16,17,20,**22**,**23**,**24**,27,28,29,30

## Anexo 4

### Lista de abreviaturas empregadas na monografia

BANT	.....	Base Aérea de Natal
Bolint	.....	Boletim Interno (Ostensivo ou Reservado)
CPM	.....	Código Penal Militar
FAB	.....	Força Aérea Brasileira
FF.AA.	.....	Forças Armadas do Brasil
IPM	.....	Inquérito Policial Militar
LSN	.....	Lei de Segurança Nacional
MAER	.....	Ministério da Aeronáutica ou Pasta dos Negócios da Aeronáutica
MINAER	.....	Ministro da Aeronáutica
PAMA-SP	.....	Parque de Material Aeronáutico de São Paulo
PMRN	.....	Polícia Militar do Rio Grande do Norte
RDAER	.....	Regulamento Disciplinar da Aeronáutica
RISAER	.....	Regulamento Interno dos Serviços da Aeronáutica

## Anexo 5

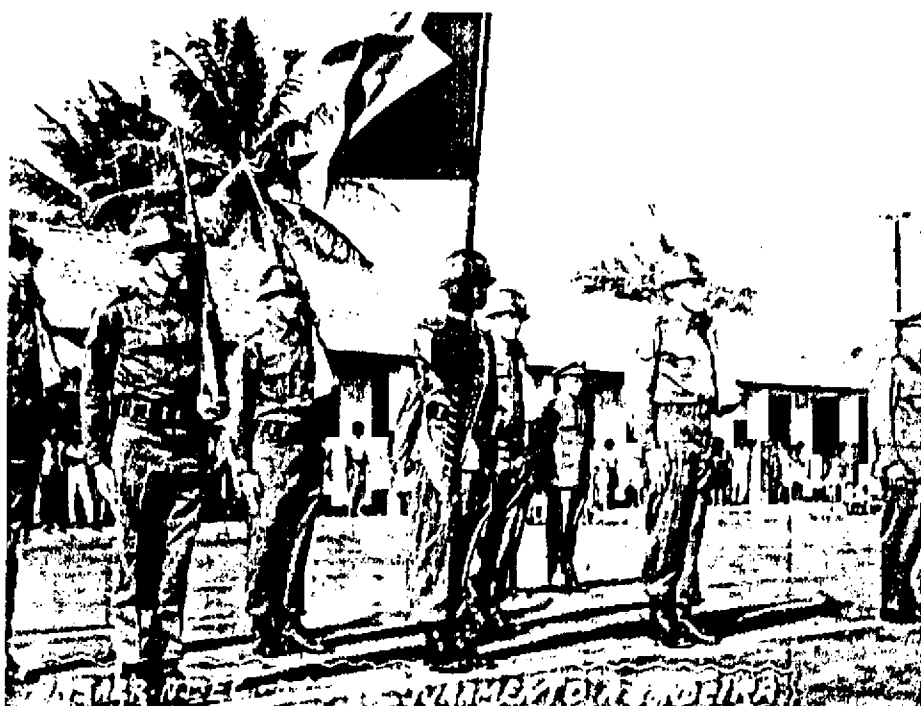
### Fotografias

Todas as fotografias são oriundas do Arquivo Histórico do Comando Aéreo de Treinamento - CATRE.

Foto 1 - Juramento à bandeira realizado em 21 de junho de 63 pela nova turma de recrutas da BANI.



Foto 2 - O juramento é um ato solene de compromisso, onde o militar passa a integrar plenamente a corporação. Neste momento, frente à bandeira, jura respeitar a hierarquia e a disciplina.



Fotos 3, 4 e 5 - Flagrantes da visita do Presidente João Goulart à Natal, em 02 de abril de 1963.



Foto 3 - Goulart e as honras militares



Foto 4 - Goulart em rápida entrevista



Foto 5 - Goulart e o Comandante da BANT

Foto 6, 7 - Visita do Ministro da Aeronáutica à BANT, em 31 de julho de 1963. Por sua posição estratégica a Base de Natal possuía importância destacada no MAER.

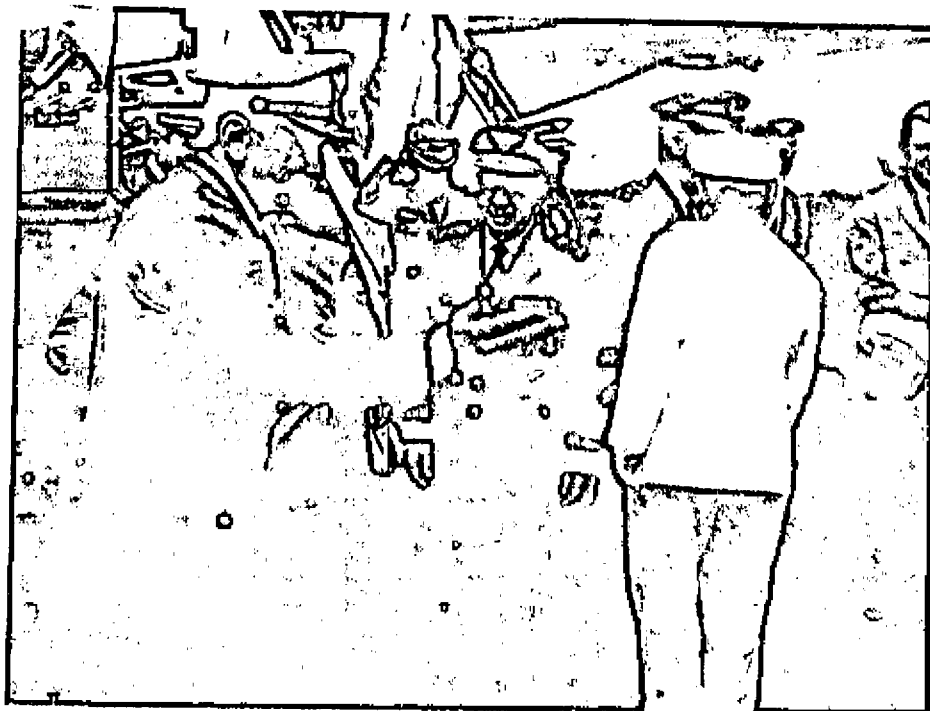


Foto 6 - Desembarque do MINAER

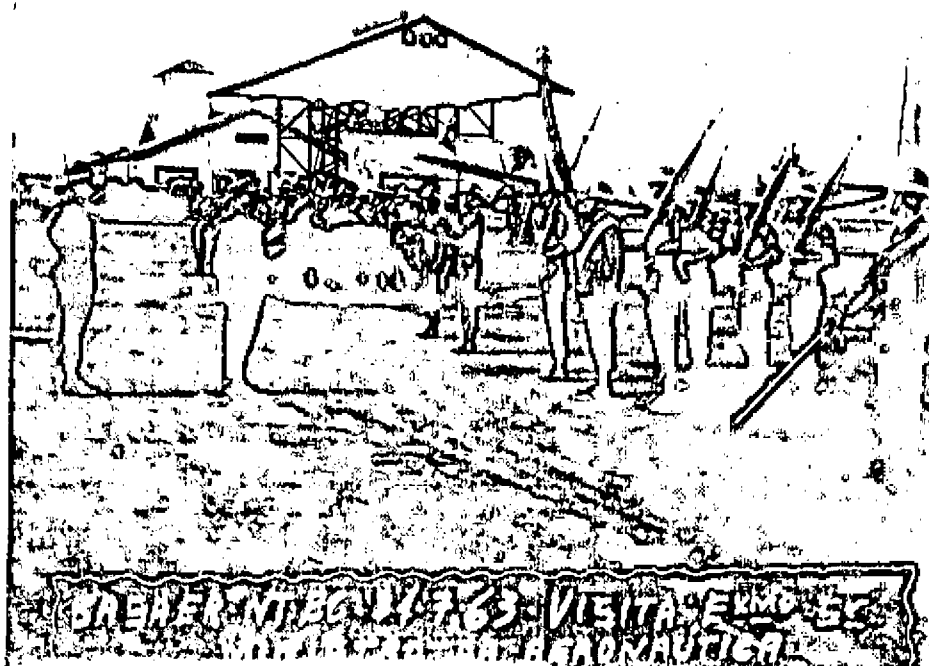


Foto 7 - O MINAER em revista à tropa

Fotos 8, 9 e 10 - Outra visita de Goulart à Natal, em 21 de outubro de 1963. A constante presença de autoridades nacionais transitando pela BANT revela a importância desta Base no contexto nacional.



Foto 8 - Goulart em revista à tropa

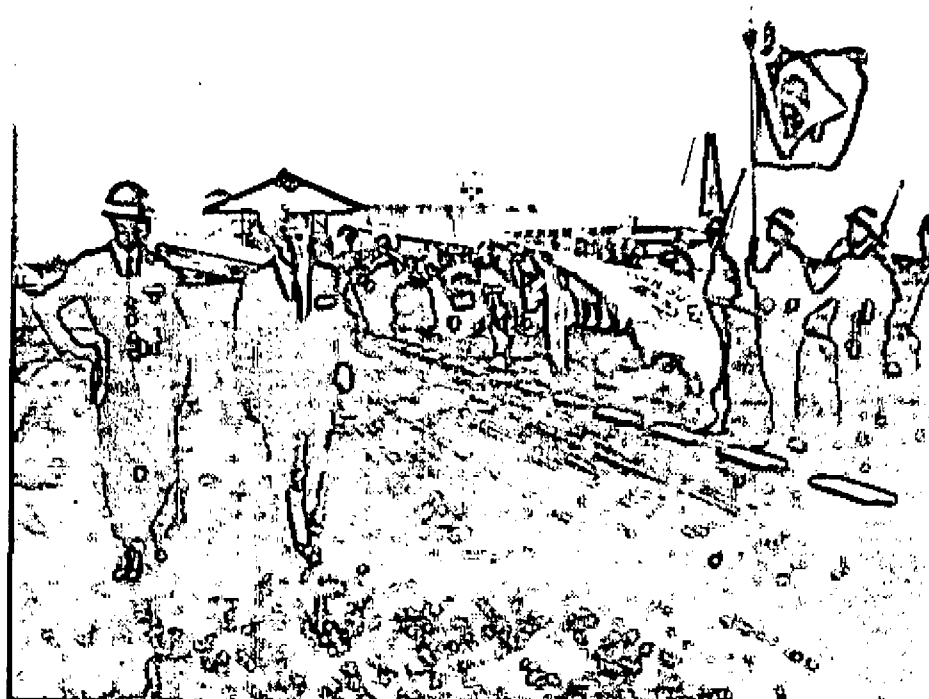


Foto 9 - Idem



Foto 10 - Entre Goulart e o Comandante da BANT está o Governador Aluísio Alves

fotos 11 e 12 - Visita do Ministro da Guerra em 31 de janeiro de 64.



Foto 11 - Ministro da Guerra cumprimenta os oficiais da BANT



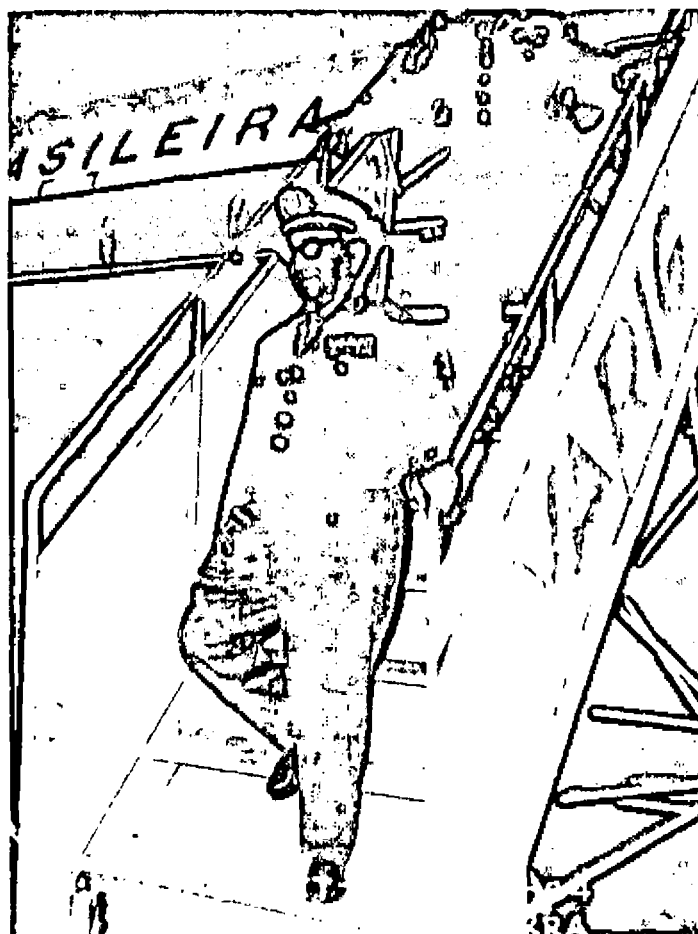


Foto 12 - Desembarque do Ministro da Guerra

Fotos 13, 14, 15 e 16 - Vista da "Operação Ensino" em 5 e 6 de junho de 1963. Com o objetivo de fazer propaganda da FAB, não se escondia o senso cívico desta operação. Na ação educacional participavam a Esquadrilha da Fumaça, equipes de atletas, oradores capacitados e outros.

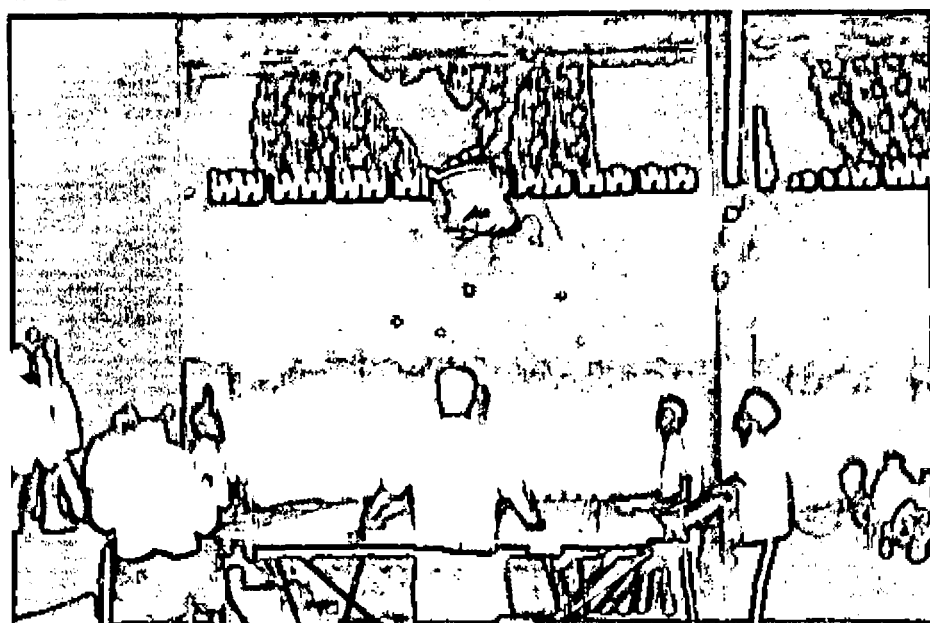


Foto 13 - Equipe de cama elástica

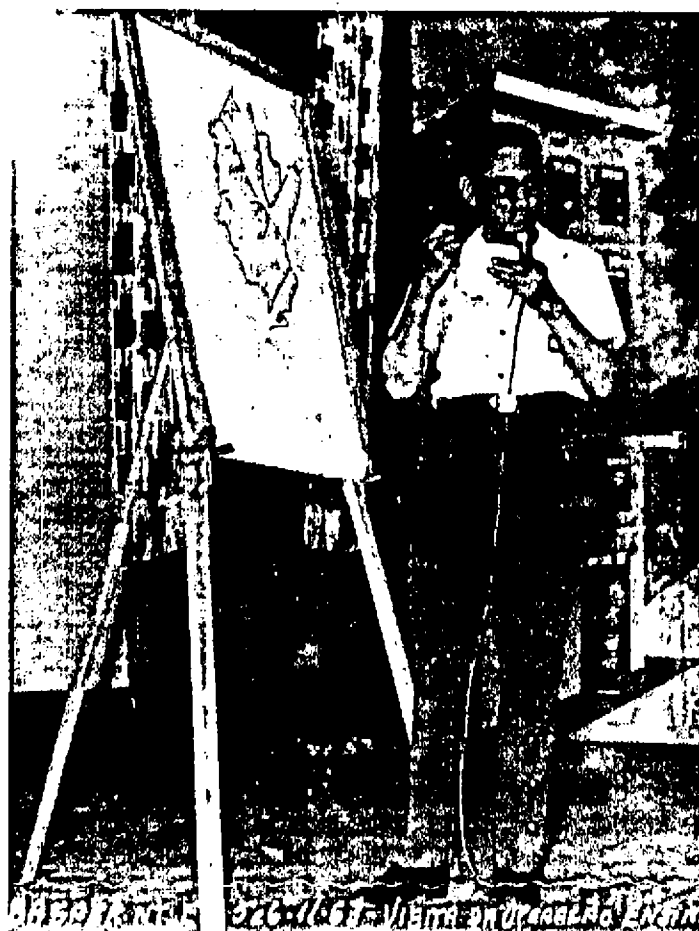


Foto 14 - Palestra cívica



Foto 15 - Esquadrilha da Fumaça decolando



Foto 16 - Vôo rasante da Fumaça

Fotos 17 e 18 - As competições esportivas ajudavam a fortalecer o espírito de corpo. Eram utilizadas como forma de manter coesa a organização através de disputas esportivas sadias, que motivavam os militares engajados e as torcidas.

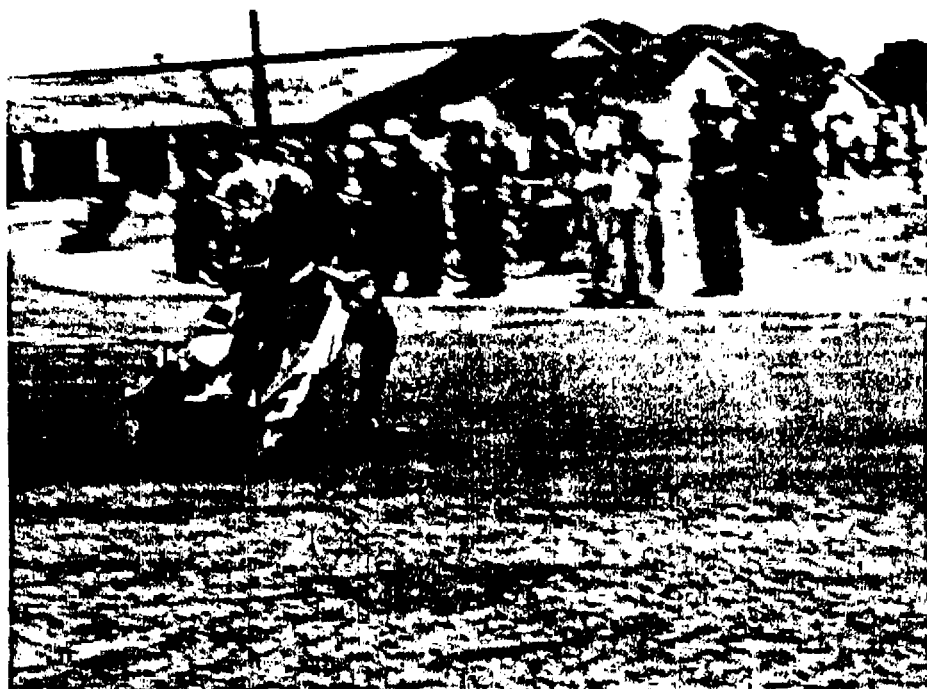


Foto 17 - Corrida de lambretas



Foto 18 - Equipe de futebol

Fotos 19 e 20 - Demonstração aérea da semana da asa. O espetáculo das bombas explodindo na Praia do Meio servia de intimidação àqueles que tentassem desafiar o poder constituído.

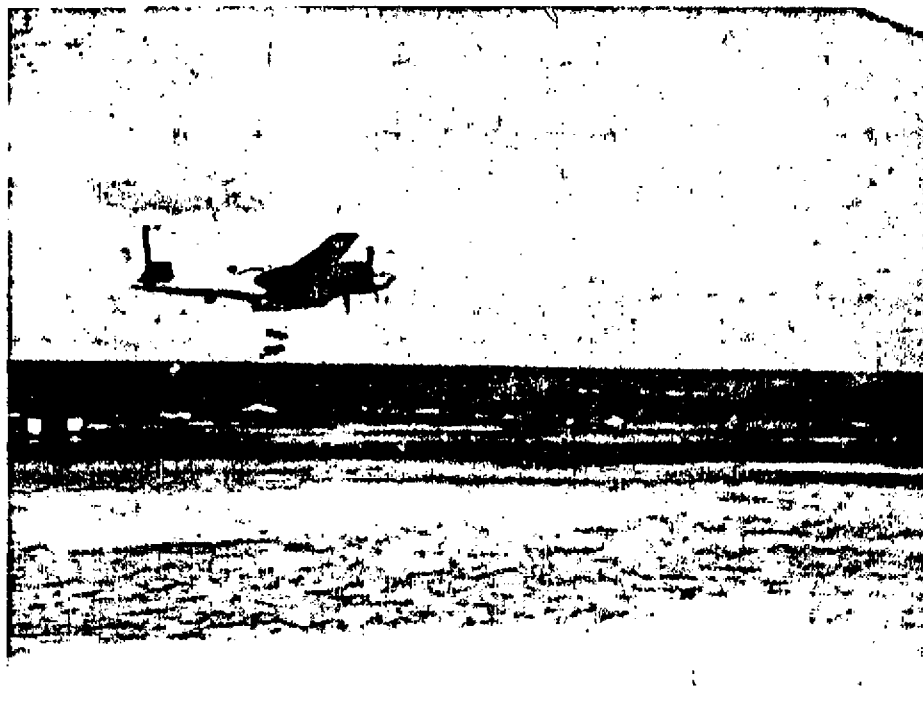


Foto 19 - B-26 em exercício de bombardeio

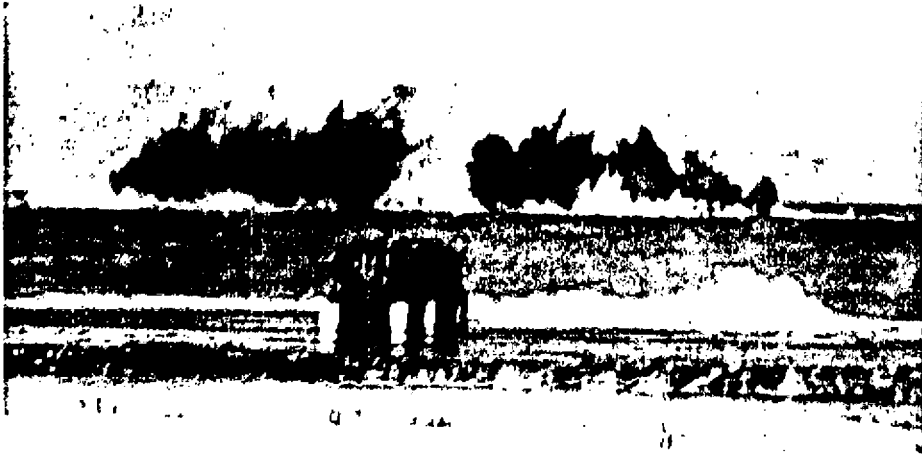


Foto 20 - Explosão de bombas

## Bibliografia

- ALVES, M. M. Os militares e seus soldos I e II. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, [199-]
- AZEVÊDO, F. A. As ligas camponesas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 145 p. (Estudos sobre o Nordeste)
- BANDEIRA, M. A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64. [ s. n. t. ] Brasiliense
- . O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil . 1961-1964. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. 187 p. (Retratos do Brasil).
- BASBAUM, L. História sincera da República. 4 ed. São Paulo: Alfa-omega, 1975-76. 4 v. 216 p.
- BRASIL. Enciclopédia Barsa. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1967. v. 3
- BUENO, F. S. Dicionário escolar da Língua Portuguesa . 8 ed. Rio de Janeiro: Fename. [s.d.] p.743
- CALMON, J. Duas invasões. 1 ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966. v.1
- CARVALHO, J. M. Entre o quartel e o museu. Um amplo debate social deve julgar a utilidade das forças armadas e definir suas atribuições. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, nov 1991. Idéias p. 4-6
- . Entre a espada e a lei. Intervenção militar começou no Império e Como se livrar do fantasma do golpe. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, mar 1994. Idéias p. 1-2
- COSTA, F. H. História da Base Aérea de Natal. Natal: Universitária, 1980. 428 p.
- DREIFUSS, R. A. 1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classes. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 814 p.
- GALVÃO, M. P. 1964. Aconteceu em abril. Natal: Clima, 1994. 204 p.
- HOLLANDA, H. B., GONÇALVES, M. A. Cultura e participação nos anos 60 . 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 101 p.
- HUTTON, J. B. Os subversivos. 1 ed. Rio de Janeiro: BibliEx, 1972.
- SMITH JUNIOR, C. Trampolim para a vitória. Natal: Universitária, 1992. 225 p.
- LOPEZ, L. R. História do Brasil contemporâneo. 6 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991. 164 p. (Revisão)
- LUXEMBURG, R. A Revolução russa . Petrópolis: Vozes, 1991. 110 p. (Clássicos do pensamento político)

- MAZZEO, A. C. Burguesia e capitalismo no Brasil. São Paulo: Ática, 1988. 72 p. (Princípios)
- MENDONÇA, S. R. As bases do desenvolvimento capitalista independente. Da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, M. Y. História geral do Brasil. (org.) 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. 303 p.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Lei n. 6.880 - 09 dez. 1980. Dipões sobre o "Estatuto dos Militares". Coletânea de regulamentos comuns das Forças Armadas. [s.n.t.] [1980?]
- Lei n. 4.375 - 17 ago. 1964. Aprova a "Lei do Serviço Militar". Coletânea de regulamentos comuns das Forças Armadas. [s.n.t.] [1980?]
- Decreto-Lei n. 1.001 - 21 out. 1969. Decreta o "Código Penal Militar". Coletânea de regulamentos comuns das Forças Armadas. [s.n.t.] [1980?]
- Decreto n. 76.322 - 22 set. 1975. Aprova o "Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAER)". Coletânea de regulamentos específicos da Aeronáutica. [s.n.t.] [1980?]
- Decreto n. 76.780 - 11 dez. 1975. Aprova o "Regulamento Interno dos Serviços da Aeronáutica (RISAER)". Coletânea de regulamentos específicos da Aeronáutica. [s.n.t.] [1980?]
- Boletim Ostensivo - 1963/1964. Coletânea de Boletins Ostensivos. jan a dez 1963 e jan a mai 1964. [s.n.t.]
- Boletim Reservado - 1963/1964. Coletânea de Boletins Reservados. jan a dez 1963 e jan a dez 1964. [s.n.t.]
- SILVA, F. C. T. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, M. Y. História geral do Brasil. (org.) 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. 303 p.
- SILVA, H. 1964 : golpe ou contragolpe ?. 2 ed. Porto Alegre: L&PM, 1978. 492 p.
- O poder militar. 3 ed. São Paulo: L&PM, 1987. 565 p.
- SODRÉ, N. W. A História militar do Brasil. 3º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 439 p.
- SKIDMORE, T. Brasil : de Getúlio a Castelo ( 1930 - 1964 ). Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- TAVARES, A. de L. O Brasil de minha geração. Mais dois decênios de lutas - 1956/1976. Rio de Janeiro: BibliEx, 1977, v.2
- TREVISAN, L. O pensamento militar brasileiro. São Paulo: Global, 1985. 95 p. (Ação Política)

VIANNA, L. W. Problemas da crise de identidade. As Forças Armadas têm um papel importante na vida do país. Elas devem defender, e não tutelar a sociedade. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, nov 1991. Idéias p.6-8

ZAVERUCHA, J. Rumor de sabres. São Paulo: Ática, 1994. 270 p. (Temas)